



Balanço da greve da USP

2018



POR | Partido
Operário
Revolucionário

 **MASSAS**
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

Índice

Balanço	3
Artigos publicados no jornal Massas	29
POR apresenta o partido a estudantes em luta	42
Anexos. Boletins da Corrente Proletaria Estudantil	48

Balanço

A greve estudantil na USP se iniciou em 29 de maio e se encerrou em 28 de junho. No entanto, o histórico dessa greve não se deu às portas do dia 29. Ele remonta a 2 de março, quando se deu a primeira reunião do Fórum das Seis (organismo do movimento que reúne as entidades das três estaduais paulistas e a FATEC), para discutir a campanha salarial de 2018, sendo aprovada uma posição contra o arrocho salarial e a recomposição do poder de compra desde 2015, o que se traduziu no índice de 12,56% de reajuste.

Essa data em si não teria a menor relevância, se não fosse pelo contraste entre ela e o momento em que as direções do DCE/PT e a dos CAs iniciaram a campanha pela greve, feita mal e porcamente, a partir da segunda quinzena de maio, quando se configurou o indicativo de greve da ADUSP (Associação dos Docentes da USP).

A inação das direções é tanto mais evidente frente aos fatos desenrolados nesse interim. Um deles é a reunião do CO (Conselho Universitário) em 13 de março, que se negou a aplicar os R\$ 48 milhões no HU (Hospital Universitário). Uma verba adicional ao repasse do ICMS à universidade, aprovada pela Assembleia Legislativa, com a finalidade de abrir contratações de profissionais da saúde. Lembrando que, desde 2014, o HU vem sofrendo profundos ataques,

especialmente após a abertura dos PiDV's.

Hoje, o HU possui 406 funcionários da saúde a menos, comparado a 2013. Em consequência, foram fechados o Pronto Atendimento de Adulto e o Infantil, e várias especialidades. Mais de 700 pessoas deixaram de ser atendidas por dia. Atualmente, são mais de 30 leitos ociosos. Os centros de cirurgia e de parto deixaram de funcionar.

Outros fatos de relevância estão na iminência de fechamento de disciplinas, e ameaças de fechamento de cursos noturnos, pela falta de professores. São 500 a menos, desde 2013. Destaca-se também a baixa de 3.600 funcionários, demitidos desde 2013, sem reposição. Destaca-se a demanda por moradia estudantil, em que, somente em 2017, foram 3.832 inscrições para moradia e apenas 165 vagas concedidas pela reitoria. Em 2018, o número de inscritos certamente deve ter aumentado, uma vez que se dá início a aplicação da lei das cotas raciais na USP. É preciso igualmente destacar a Creche Oeste, há mais de um ano ocupada, sem que a reitoria cumprisse o mandado judicial de reabertura imediata.

É possível apresentar uma lista ainda maior, discriminando os problemas concretos do dia-a-dia dos estudantes, o que demonstra que as razões para a mobilização estavam postas. E, há muito tempo, se tem conhecimento desses problemas, pois não brotaram esse ano. A única mudança está em seu agravamento, e não na sua existência.

Mas, além de denunciar a política paralítica das direções do movimento estudantil, expor tais problemas guarda uma segunda importância, que é apresentar o panorama das precárias condições da universidade, pois, é sobre tais condições que se aprofundará a insatisfação dos estudantes e funcionários e se desenvolverá a luta pelas condições mais elementares de estudo e trabalho.

É dessa maneira que as direções iniciam o ano, pressionadas pelas questões de permanência estudantil, o que as obrigou a convocar a primeira assembleia no dia 26 de abril, com pauta: *permanência e espaços*. Nela, foram aprovadas: 1) incorporação das reivindicações do CRUSP

(Conjunto Residencial da USP) à pauta elaborada pela direção do DCE, a ser entregue à reitoria; 2) indicativo de paralisação no dia de negociação do Fórum das Seis e 3) que o DCE não poderia se reunir com a reitoria sem passar por um fórum do movimento.

O último ponto merece atenção especial, devido à sua importância no transcorrer da greve. A proposta foi apresentada pelo PSol, corrente que esteve à frente do DCE desde 2008 – a exceção de 2009 – até final de 2017, quando perdeu a eleição para o PT. Os psolistas alegavam prejuízo à democracia estudantil a atual direção do DCE se reunir com a reitoria sem prévia aprovação nos fóruns do movimento. O PT, por sua vez, replicava se apoiando nos votos conquistados nas eleições. Segundo o PT, eles, os votos, eram em si a “permissão” para negociar com a reitoria.

Embora o PSol procurasse se mostrar como o guardião dos princípios da democracia e independência política do movimento estudantil, o seu passado o condena, uma vez que tal prática hoje denunciada – de se reunir com a reitoria às costas do movimento – ontem, foi assumida por eles próprios quando eram gestão do DCE. O objetivo real era se posicionar enquanto oposição política ao PT. Objetivo esse que não se sustentou por muito tempo, modificando-se rapidamente para aliado do PT, tão logo o movimento se conflagrou e a base se chocou violentamente com a direção e sua política conciliadora, própria de todos os reformistas.

Nós apresentamos uma questão de ordem de que a proposta não poderia ser votada, pois se tratava de uma violação estatutária, ao delegar à assembleia a decisão do consentimento ou não da gestão do DCE se reunir com a reitoria a seu bel prazer, quando essa prática já estava vetada pelo estatuto do movimento. Perdemos o encaminhamento. Na votação da proposta, declaramos que não se tratava da aprovação de qualquer fórum do movimento, mas tão somente a assembleia, prevendo que a direção do DCE procuraria sua “aprovação” em instâncias inferiores, como o CCA (Conselho dos Centros Acadêmicos), como de fato ocorreu e que veremos mais adiante.

Em 10 de maio, ocorre a segunda assembleia estudantil. A essa altura, a ADUSP já havia aprovado indicativo de greve para a segunda semana de maio, caso não fosse aprovada a proposta de reajuste pelo CRUESP (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo). A assembleia aprova a paralisação no dia 17 de maio e incorporação ao ato no CRUESP, pois, seria dia de negociação; indicativo de assembleia dos três setores e a pauta da próxima assembleia estudantil: indicativo de greve e outras reivindicações.

Assim, genericamente “outras reivindicações” foi a forma como o PT, o PCB e o PSol encontraram para diluir a convocação dos estudantes para a greve. No entanto, estava evidente que a fase de campanha denunciando os ataques da reitora já se esgotara, era momento de dar o próximo passo, no sentido da solução dos problemas. Por isso, cabia a convocação exclusiva de “indicativo de greve”, sendo as “outras reivindicações” subordinadas à greve, ou seja, se subordinar à forma coletiva de lutar por essas reivindicações.

A paralisação se deu e o ato no CRUESP foi massivo, composto por centenas de pessoas dos três setores. Não houve resistência por qualquer setor dos estudantes. Não houve conflito para impor a manutenção das aulas e da vida acadêmica em geral. As unidades de ensino estiveram às moscas nesse dia. Esse ato foi um marco no movimento, que provou a nossa tese de que havia disposição de luta, convergindo para a greve.

A vitoriosa greve do funcionalismo público da cidade de São Paulo, que derrotara a prefeitura em sua investida em reformar a previdência, a greve dos professores da rede particular contra os desdobramentos da reforma trabalhista, a greve dos professores em seis estados e a ocupação da UNB contra o ataque à permanência estudantil nos serviu de base para nossa avaliação. Entendíamos que a greve na USP seria uma realidade, refletindo as tendências de luta nacionais. Ela enfim foi deflagrada, três dias após o início da greve nacional dos caminhoneiros.

Em posse dessa avaliação, o POR abriu campanha pela greve desde início de abril. Inúmeros foram os boletins, cartazes, krafts, chamando os estudantes a se mobilizarem por suas reivindicações. Podemos afirmar, sem temor, que fomos a única corrente política que convocou amplamente todas as assembleias e atos do movimento. Por vários dias, adentramos as noites confeccionando krafts e colando pelas unidades da universidade. Em quase todos esses momentos, estivemos em unidade com a AMORCRUSP e com os estudantes independentes de diferentes cursos. Em especial, quando esses mesmos krafts eram arrancados e nos víamos obrigados a ter de refazê-los, muitos foram os estudantes independentes que atenderam ao nosso chamado para recompor os cartazes.

O CRUESP não aceitou o índice de 12,56% de reajuste salarial. Oferece 1,5% e se nega a negociar os demais pontos da pauta, como permanência estudantil e contratações, encaminhando tais pontos para a negociação por universidade e por setor. O Fórum das Seis recusa o índice proposto pelos reitores e indica início da greve para o dia 28 de maio e manifestações no dia 29, quando ocorreriam as reuniões extraordinárias dos conselhos universitários das três estaduais paulistas.

Frente a negativa do CRUESP, a diretoria da ADUSP elabora uma contraproposta de 6%, com base no excedente da arrecadação do ICMS no primeiro quadrimestre de 2018, em comparação com o mesmo período em 2017, e inicia campanha pelo novo índice, que virá a ser aprovada pela categoria no dia 04 de junho. No dia 22 de maio, os docentes aprovam greve, a começar no dia 29, mesmo dia do ato público em frente à reitoria. Os funcionários, reunidos em assembleia no dia 24 de maio, não aprovam greve. A pauta seria novamente rediscutida em 05 de junho. Os funcionários também aprovam a incorporação ao ato em frente à reitoria, no dia 29.

Em 24 de maio, ocorreu a terceira assembleia estudantil. As “outras reivindicações” não tiveram força para obscurecer o indicativo de greve e o plenário contou com

aproximadamente 800 estudantes, que vieram pela greve. Foi notório esse anseio do plenário pela sua reação de insatisfação com a condução da mesa, composta pela direção do DCE, que pretendeu iniciar os encaminhamentos da assembleia pelas moções, ao invés da greve.

Fizemos uma proposta de encaminhamento de que primeiro se colocasse em votação as propostas pertinentes à greve. Diante do plenário que assentiu prontamente, o princípio de manobra da mesa teve vida curta e não se sustentou. A mesa se viu obrigada a acatar o encaminhamento que propusemos, procurando, sem muito êxito, se desvencilhar da manobra fracassada, dizendo que encaminhar prioritariamente as moções teve por objetivo “ampliar o debate”.

Inicialmente, existiam quatro propostas sobre a greve: 1) greve imediata; 2) início da greve a partir do dia 29 de maio, 3) paralisação de três dias e nova assembleia no dia 06/06 para deliberar sobre a greve e 4) paralisação no dia 29 e deliberação sobre a greve em uma nova assembleia no dia 06/06. A proposta de número 1 era nossa. A de número 2 foi encaminhada por um setor dos independentes. A de número 3, pelo MRT, e a 4, pelo PT (direção do DCE) e PCB.

Propusemos e foi acatado que se encaminhasse greve imediata ou não. Venceu a não greve imediata. No entanto, mais importante do que o resultado dessa votação, é a análise dos argumentos do porquê da não greve imediata, pois, não era uniforme a posição das correntes, embora o resultado final fosse convergente.

O PT, o PCB e o MRT não queriam a greve. Não por menos, todos eles defenderam nova assembleia que pautasse a greve. O MRT simplesmente esquerdizou a proposta do PT de um para três dias de paralisação, numa tentativa, sem muito sucesso, de se diferenciar. No fim, tornou-se mais ridícula do que inócua essa proposta, pois, os três dias de paralisação propostos eram prévios a um feriado prolongado.

Horas antes nesse mesmo dia, o MRT, na assembleia do SINTUSP, também não defendeu a greve. Para os antigos satélites do PSTU e atual usufruídos da legenda do PSol,

seria necessário esperar um melhor momento para a greve. Tão consonantes com a proposta do PT e pressionados pela base, o MRT mudou o seu voto em favor da de número 2.

O PT, seguido docilmente pelo PCB, alegaou ser necessário esperar a movimentação dos docentes, e que o melhor a fazer naquele momento era se incorporar ao ato do dia 29, e pressionar a reitoria. Esse argumento por si mesmo é condenável, pois, não se pode ficar refém de nenhuma outra categoria. O certo é que esperavam que a ADUSP encerrasse a greve na assembleia seguinte, já que os próprios professores não tiveram vergonha de anunciar a pretensão de fazer uma greve “relâmpago”. Mas o essencial do problema não é esse, mas sim a política que o PT travou ao longo de todo o movimento. Como procuraremos demonstrar, o PT buscou a via do acordo sem luta.

Agora, por que defendemos a greve imediata? Porque não havia pelo que esperar. A tendência de luta estava colocada. Os estudantes estavam dispostos a lutar. A paralisação do dia 17 provou isso. O curso da greve dependia da organização imediata. Era preciso correr contra o tempo e iniciar as atividades grevistas antes dos professores encerrarem suas aulas e mandarem os estudantes para casa. A visão romântica de unidade de um setor dos independentes, buscando iniciar a greve no mesmo dia que a dos docentes sacrificaria, como de fato sacrificou, a possibilidade de reverter a desorganização imposta ao conjunto dos estudantes pelas direções. Não há identidade entre disposição de luta e organização. Sem a organização que o movimento grevista poderia proporcionar, a disposição de luta não teria como se manifestar e se dissiparia na dispersão. Essas foram as nossas razões para defender a greve imediata. Infelizmente, os fatos provaram que tínhamos razão.

Perdemos a votação da greve imediata. Na sequência, as demais propostas de greve foram encaminhadas uma contra a outra. Não aferido contraste, solicitou-se a contagem. Foi nesse momento, enquanto se encaminhava a nova votação, em meio à contagem, que o MRT, sem formalizar a retirada de sua proposta, mudou seu voto, alte-

rando assim o placar em favor dos grevistas.

A mesa da assembleia, ao perceber a mudança de posição do MRT, interrompeu a contagem. O plenário não concordou e avançou para cima da mesa exigindo a conclusão da votação. Vários estudantes buscaram fazer uso do microfone para condenar a condução da mesa, no entanto, esta não o concedeu livremente, mas, ao contrário, procurou arrancá-lo das mãos dos estudantes. Por fim, o microfone acabou sendo danificado. Nesse momento, o POR providenciou prontamente outro microfone, de modo a continuar com a assembleia.

Restabelecido o plenário, a contagem foi reiniciada com a divisão do plenário segundo as duas propostas a serem encaminhadas, já que, agora, o MRT formalizou a retirada de sua proposta. De um lado, estavam os independentes, o POR, o MRT, o PSTU, o TL e a Vanguarda Socialista, e, de outro, estavam o PT e o PCB. Por uma diferença de 2 votos, a greve, a ser iniciada no dia 29, foi aprovada. O PSol se absteve.

Configurada a votação, a mesa ainda procurou reverter o placar, incitando abertamente algumas pessoas a votaram em favor da proposta da direção do DCE. Não tendo êxito, a mesa anuncia o resultado da votação e dá por encerrada a assembleia.

O plenário então novamente se levanta, agora ainda mais enraivecido diante da conduta burocrática da direção do DCE. Para o plenário, a assembleia não estava encerrada, havia propostas na mesa que não foram encaminhadas, principalmente as que se referiam ao comando de greve. No entanto, a direção do DCE/PT deu de ombros ao apelo do plenário, que aos gritos exigia a continuidade da assembleia.

O POR, então, cobrou de volta o microfone que havia emprestado à mesa e trouxe sua caixa de som. Com a aparelhagem armada, a assembleia foi restabelecida e o POR foi eleito para conduzir a mesa.

A partir desse momento, muitas foram as inscrições de estudantes, principalmente de não organizados, que usa-

ram a palavra para protestar. O POR também se inscreveu e interveio procurando traduzir o sentimento de indignação daqueles estudantes segundo a política proletária.

Não existe na prática a idealizada greve que acontece em todos os lugares ao mesmo tempo, com todos os setores juntos. É preciso lembrar a história das greves massivas e que obtiveram conquistas na USP. Elas partiram de algumas unidades mais mobilizadas, a partir da ação massiva dos estudantes, e se espalharam pela universidade. Elas foram às ruas para ganhar apoio da população assalariada e pressionar o governo e a burguesia, que são quem de fato manda na universidade, por meio das reitorias e suas burocracias autoritárias e repressivas.

Nossa greve se apoia numa tendência geral de luta, manifestada em várias greves pelo país nesse momento. Ela não teve preparação, mas é justamente por isso que é preciso construir um comando imediatamente. Não devemos nos deter por conta desse comando, inicialmente, não ter cumprido com as idealizações da necessária eleição de delegados nos cursos. A situação concreta exige a ação imediata para fortalecer a greve onde ela se deflagrou e espalhar a mobilização pelos demais cursos.

Quem se opõe de forma abstrata ao comando provisório, por ele ser aberto, não conhece a vida que teve um mesmo comando aberto numa greve na USP em que nele se reuniam cerca de 300 estudantes diariamente, para passar nas salas de aula, organizar e erguer os piquetes junto aos funcionários, fechar os bandejões, ocupar a informática da reitoria e impor o pagamento dos salários nos holleriths, ir às manifestações de rua juntamente com demais setores do funcionalismo. Um comando que impôs o maior número de unidades em greve na USP, excetuando apenas a FEA.

Nossa greve começou atrasada, sem preparação pela direção, que apostou na conciliação com a mesma reitoria que segue aplicando o desmonte da USP. Precisamos ir aos cursos e organizar a insatisfação, que é geral e foi demonstrada na paralisação de 17/05. Por isso, temos de

organizar imediatamente um comando de greve.

O PSol também pediu a palavra, fazendo uso dela para servir de porta voz da direção do DCE/PT e encaminhar as propostas acordadas entre eles, a saber: a data da próxima assembleia e a transferência da discussão do comando de greve para a próxima assembleia. As demais correntes se embocaram com esse conchavo, se opondo à proposta do POR e independentes de realização de um comando provisório, que servisse para elaborar um boletim e cartazes de convocação da próxima assembleia e do ato na reitoria do dia 29. A nossa proposta foi vencida. Na prática, as demais correntes serviram de canal para fazer valer a política da direção do DCE, avalizando indiretamente a tentativa de implosão da assembleia, uma vez que a sua restituição não serviu para encaminhar mais nada de concreto que impulsionasse a luta, pois se deparou com esse novo bloqueio.

Ademais, aprovou-se a data da próxima assembleia para o dia 30 de maio e a proporção de delegados do comando de 1 para cada 10 presentes em assembleia.

No dia 27 de maio, a reitoria publica a suspensão das aulas da graduação por uma semana, alegando inviabilidade acadêmica devido à greve dos caminhoneiros. Com isso, procurou enfraquecer o ato do dia 29, quando ocorreria a reunião do CO, que contraditoriamente não foi suspensa, assim como o expediente dos funcionários. A direção do DCE prontamente se valeu desse fato para cancelar a assembleia do dia 30, mantendo formalmente a convocação para o ato.

Apesar das investidas da reitoria e do quase boicote da direção do DCE, o ato aconteceu e contou com expressivo número de estudantes. Estiveram presentes também muitos funcionários. Os docentes compareceram apenas pouco antes do início da reunião do CO. Nós entrevistamos defendendo a unidade dos três setores para enfrentar a reitoria. Que essa unidade teria que se expressar concretamente constituindo um comando unificado e conformando a assembleia geral universitária, como já havia sido aprovada em assembleias dos estudantes e funcionários. Que a uni-

dade real abriria caminho para ações mais radicalizadas e combativas, necessárias para avançar na luta, inclusive para enfrentar a perseguição política da burocracia, que tem aumentado muito, desde a implementação do ponto eletrônico.

A reação dos funcionários presentes, manifestando concordância com a nossa fala, obrigou uma diretora do SINTUSP (Neli) a intervir na sequência e assentir com o que foi dito, chegando a se autocriticar por ter apenas convocado um ato para aquele dia e não um piquete que inviabilizasse a realização da reunião, como estava sendo feito pelos funcionários da Unicamp. Afirmou, ainda, que a unidade é necessária, pois o inimigo dos estudantes e funcionários era um só, a reitoria.

Em um outro momento de nossa intervenção, defendemos que aquele ato de transformasse numa plenária unificada, proposta essa imediatamente combatida pela fração do PSTU no SINTUSP, que defendeu não ser aquele um espaço para deliberações. Dias depois, ao encontramos um funcionário, que por muito tempo foi diretor do sindicato e que também é um defensor do comando e da assembleia unificados, nos relatou que vinha defendendo essa proposta dentro do sindicato e se espantou com a tamanha resistência que vinha encontrando entre os membros da direção.

O Conselho Universitário da USP aprovou a proposta do CRUESP de reajuste de 1,5%. Na Unicamp, os funcionários ocuparam o CO, que foi cancelado. Em retaliação, o CRUESP cancelou a nova reunião de negociação que ocorreria no dia seguinte, 30 de maio.

Os funcionários, reunidos em sua assembleia no dia 05 de junho, aprovam a greve, a começar no dia 07, somando-se à greve já iniciada dos estudantes e professores. Deliberaram também por dez pontos como eixo da greve, a saber: 1) Reajuste Salarial do Fórum das Seis: 12,56%. Não aceitamos apenas 1,5%; 2) Reajuste dos Benefícios Sociais JÁ, que estão congelados há 5 anos [último reajuste em maio de 2013]; 3) Devolução imediata dos dias descontados na Greve de 2016, cujo ganho a justiça deu aos trabalhado-

res; 4) Reabertura do Hospital Universitário para atendimento dos funcionários e seus dependentes, bem como, da população, imediatamente; 5) Reabertura da Creche Oeste e manutenção das Creches; 6) Contratação de Funcionários; 7) Contra o Assédio Moral e Sexual dentro da USP; 8) Por um Acordo Coletivo a favor dos funcionários e não apenas a favor da reitoria; 9) Pela Permanência Estudantil e 10) Defesa da Educação e da Universidade Pública e contra o desmonte da Universidade.

Vejam que os eixos da greve dos funcionários não se restringem às questões específicas. Quatro dos dez pontos procuram combater a política mais geral de depredação da universidade pública, sendo um deles de defesa aberta de uma reivindicação estudantil. Esse fato em si é muito positivo, pois educa a categoria a lutar pelas questões mais gerais, ainda que pertinentes ao próprio funcionamento da universidade pública. Além disso, poderia contribuir para que os funcionários entendessem que as conquistas de suas reivindicações específicas dependem da luta mais geral, contra o poder da burocracia universitária.

Mas, na prática, esses eixos se desmancharam ao vento. A direção do SINTUSP não conduziu a luta ao redor dos 10 pontos. Acataram, como acatou a diretoria da ADUSP, a imposição do CRUESP de negociar apenas o índice de forma unitária, descentralizando a negociação dos demais pontos. E, à mesa com o reitor, prevaleceu o corporativismo, como veremos adiante.

Em 05 de junho, também ocorre a quarta assembleia estudantil. Nela, foram discutidos os eixos da greve, sendo três as propostas encaminhadas: 1) por acesso e permanência estudantil, contra o arrocho e por contratações; 2) pela abertura do livro de contas, por bolsas estudantis a toda a demanda, contra o arrocho salarial, por contratações de professores e funcionários e incorporação dos terceirizados sem a necessidade de concurso público e 3) pelos itens que segue abaixo:

- a) Devolução imediata dos blocos K e L para moradia, com adequação para estudantes mães;

- b) Bolsas permanência a toda a demanda e no valor de um salário mínimo – R\$954,00.
- c) Contratação imediata de 500 professores por meio de concurso público;
- d) Contratação imediata de 3.600 funcionários por meio de concurso público.
- e) Reajuste salarial de 12,56% para todos os trabalhadores da USP.
- f) Incorporação de todos os trabalhadores terceirizados, sem necessidade de concurso público.
- g) Aplicação imediata dos R\$ 48 milhões no HU
- h) Imediato cumprimento judicial de reabertura da Creche Oeste.
- i) Devolução imediata do espaço de vivência dos estudantes da USP.
- j) Fim de todos os processos políticos administrativos e civis contra estudantes, funcionários e professores. Readmissão imediata dos demitidos e eliminados políticos.

A primeira proposta foi apresentada pela direção do DCE; a segunda, pelo MRT e a terceira, pelo POR. Ganhou a proposta da direção do DCE. Muito embora a proposta 2 contivesse elementos da proposta 3 (bolsas à demanda e incorporação dos terceirizados), em essência não deixou de ser genérica, igualmente como a da direção do DCE. Mas, a proposta 2 não teve transcendência, ganhando do plenário apenas os votos de seu proponente.

O cerne da polarização se deu entre a proposta do PT e a do POR. A mesa da assembleia, comandada pela direção do DCE, chegou a nos sugerir que tais pontos fossem encaminhados a votação enquanto bandeiras e não como eixos. Não aceitamos a sugestão. Assim, nos posicionamos, por que se tratava de definir as reivindicações pelas quais o movimento se levantara, o que implicava definir o que seria levado à mesa de negociação com a reitoria, e pelo que encerraríamos a greve. A negociação não poderia se dar com base em generalidades, pois, isso seria o mesmo que entregar nas mãos da reitoria a definição do conteúdo de nossas reivindicações.

E foi exatamente isso o que de seu. A direção do DCE já vinha negociando com a reitoria, desde o começo do ano. Dias depois dessa assembleia, o movimento veio a saber de seis reuniões entre o reitor e a direção do DCE, sem que nenhuma delas fossem encaminhada à assembleia. Os militantes do PT procuraram explicar que se tratava de questões “menores”, como eventos da UNE na universidade. O PSol, que na primeira assembleia denunciara tais reuniões as escondidas, se calou. Não somente se calou como, a partir da quarta assembleia, passou a votar absolutamente todas as propostas em unidade com o PT.

A proposta genérica do PT era justamente para pavimentar o terreno da negociata. O acordão entre a direção do DCE/PT e a reitoria já havia sido estabelecido previamente. Não havia margem para as reivindicações concretas, pois, assim, o acordo não teria mais serventia e poderia abrir o flanco para o conflito direto entre o movimento estudantil e a reitoria, que não estava disposta a conceder nada.

Mas, certamente o PT não gostaria que o acordão aparecesse como tal. Era preciso “vender o peixe passado como fresco”, como se tudo tivesse se dado tão somente a partir da deflagração da greve. No entanto, o PT se viu num pequeno impasse. Pois, de um lado, havia a deliberação da primeira assembleia, que exigia a aprovação de um fórum do movimento para se reunir com a reitoria. De outro, havia se instaurado um conflito entre a direção do DCE e a base, devido a suas manobras na condução da mesa na assembleia anterior, como relatamos acima.

A solução para o impasse estava no CCA (Conselho dos Centros Acadêmicos), uma instância inferior à assembleia, em que o PT e seus consortes têm maioria quase absoluta. Foi por isso que, nessa mesma assembleia, onde se aprovaram os eixos genéricos da greve, aprovou-se também uma reunião deliberativa do CCA, como parte do calendário de greve. Reunião esta que consentiu à direção do DCE sentar à mesa com a reitoria para negociar as pautas do movimento.

Mas, o esvaziamento do conteúdo dos eixos não foi o

único feito do PT para bloquear a luta. A quarta assembleia ainda deliberou por mais dois pontos importantes, um ato de rua na Avenida Paulista e o Comando de Greve.

Quanto ao ato de rua, é válido observar que nós, desde a segunda assembleia, encaminhávamos à mesa a proposta de ato na Avenida Paulista, de modo a projetar a greve para fora da universidade, procurando com isso sair do isolamento, e também conquistar o apoio popular. No entanto, ou a mesa ignorava solenemente a proposta, encerrando a assembleia sem encaminhá-la ou, na tentativa de implosão, ficou inviável discutir esse ponto, especialmente após as demais correntes terem vetado o “comando provisório”. A protelação cessou na quarta assembleia e a proposta foi encaminhada, sendo apenas o POR e os independentes a votarem a favor, as demais correntes ou votaram contra ou se abstiveram.

No que concerne ao comando de greve, novamente a direção do DCE ganhou em dois encaminhamentos importantes. Primeiro, quanto à permissão aos cursos que não estivessem em greve de elegerem seus delegados, segundo, de realizar a primeira reunião do comando de greve somente em 15 de junho, às portas das férias. Lembrando que, uma vez a nossa greve tendo iniciado em 29 de maio, e uma vez aprovada a proposta de data da direção do DCE e de seus fieis seguidores, a greve ficaria por 17 dias sem reunir os seus delegados em comando.

Nós nos opusemos às duas propostas. Argumentamos falta de incongruência um comando de greve composto por delegados de cursos que não estivessem em greve e denunciemos, com base em experiências passadas, que esse tipo de delegado na sua maioria é contra a greve, e que, por isso, não poderiam compor o comando de greve com direito a voto. Quanto ao calendário, propusemos que o comando se reunisse no dia 08 de junho, uma vez que não podíamos mais esperar tanto tempo, pois era urgente organizar a investida do comando nos cursos que ainda não estivessem em greve. Perdemos apertado nas duas votações. O plenário novamente foi dividido para a contagem

dos votos. Sem sombra de dúvidas, a vanguarda combativa esteve junto com as propostas do POR.

Diante da impossibilidade do comando se reunir, mesmo havendo cursos que já havia eleitos os seus delegados, como o caso da Letras, Filosofia e Geografia, essa mesma vanguarda combativa entrou novamente em choque com a direção do DCE. Levando a cabo agressões verbais e até mesmo físicas. A eles era inconcebível a paralisia que lhes estava sendo imposta. É dessa forma que, ao término da assembleia, enquanto o PT cantava louvores à “Lula presidente”, o POR fez uma convocação pública no microfone àqueles interessados a levar adiante a greve de maneira sincera, que se reunisse imediatamente.

Esses estudantes atenderam ao chamado do POR. Reunimo-nos e prontamente encaminhamos a próxima reunião para o dia seguinte, pois, pelo tardar da hora, já eram quase onze da noite, não seria possível planejar com qualidade nossa intervenção. Encaminhamos que discutiríamos um boletim a ser distribuído, sobretudo, nos cursos que não estivessem em greve, e que faríamos oficinas para a confecção de krafts. Além disso, os presentes prontamente atenderam ao pedido de ajuda para piquetar o prédio de Filosofia, já que contava com professores em vigília para impedir por meio da intimidação e ameaça de repressão.

Dessa reunião, se conformou uma frente, que mais tarde veio a definir como suas boa parte das reivindicações que o POR defendera como eixo da greve. O boletim e os krafts tiveram esse conteúdo, dando destaque à devolução dos blocos K e L, bolsas estudantis a toda a demanda e de no valor de um salário mínimo, e contratações de 500 docentes e 3.600 funcionários. Essa frente organizou a distribuição do boletim e a intervenção nos cursos de Letras, Filosofia, Psicologia, Pedagogia, Química, Física, Matemática, Engenharia, História e Geografia, Arquitetura e Urbanismo e também foi até o campus da EACH. “Mobilização Pró Greve”, esse foi o nome dessa frente.

No desenrolar posterior à quarta assembleia estudantil, tivemos a publicação de uma carta pela ADUSP que dizia,

dentre outras coisas: *“Mas não é só salário que estamos reivindicando. Temos outras importantes questões, dentre as quais a contratação de docentes (nos últimos anos, a USP perdeu mais de 500 docentes efetivos), a definição de políticas de permanência estudantil, a recuperação do Hospital Universitário, a reabertura da Creche Oeste, a manutenção adequada da Escola de Aplicação. Esse movimento de greve é de e para todos nós, que queremos manter a qualidade da universidade pública e gratuita”.*

Carta essa publicada em 06 de junho para, oito dias depois, os docentes aprovarem o fim da greve, aceitando os 1,5% de reajuste do CRUESP, abandonando os funcionários e os estudantes em greve.

Em 10 de junho, o CCA se reúne e aprova o consentimento à direção do DCE para negociar com a reitoria. Em 11 de junho, a direção do DCE se senta à mesa com a reitoria. Em 12 de junho, a reitoria publica o *“COMUNICADO DA REITORIA AOS ESTUDANTES”*. Em 14 de junho, o DCE publica o comunicado da reitoria, caracterizando-o como *“VITÓRIA POR PERMANÊNCIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL”*.

Segue abaixo o comunicado da reitoria:

“A Reitoria da Universidade de São Paulo cumpriu a agenda com o Diretório Central dos Estudantes Livres da USP (DCE) na tarde de ontem, 11 de junho.

O Reitor, Vice-Reitor e pró Reitor de Graduação receberam o DCE, que relatou as principais demandas dos estudantes da USP, sobretudo as que dizem respeito a permanência estudantil.

No sentido de aprimorar de aprimorar as políticas e práticas que visam a permanência dos estudantes na Universidade, e atendendo às solicitações dos estudantes, a reitoria comunica:

- 1. A renda mínima para inscrição de estudantes do programa de Bolsas Emergenciais, gerenciado pela Superintendência de Assistência Social (SAS), passará de 1,0*

- para 1,5 salários mínimos, ampliando o acesso a essas bolsas a um número maior de estudantes;*
- 2. Os edifícios do Conjunto Residencial da USP (CRUSP), campus Butantã, passarão por reforma, com recursos financeiros já alocados. O projeto de rede elétrica está em elaboração na Superintendência de Espaço Físico (SEF). A reitoria se dispõe a manter o DCE informado sobre o andamento desse processo.*
 - 3. Na reforma do CRUSP está contemplado o projeto de instalação de antenas internas de Wi-Fi. Esse projet está em elaboração pela Superintendência de Tecnologia de Informação (STI). A reitoria também se dispõe a manter o DCE informado sobre o andamento desse processo.*
 - 4. Os estudantes solicitam maior transparência de informações acerca das ações de assistência estudantil. Nesse tocante, está em elaboração um número especial do Jornal da USP dedicado aos programas de apoio aos estudantes. Serão apresentados dados e informações sobre demanda e dispêndio de recursos em cada um deles. A Superintendência de Comunicação Social (SCS) fará a divulgação dessa publicação.*
 - 5. As demais demandas serão analisadas oportunamente e discutidas com o DCE.*

Reiteramos a disposição da atual gestão de dialogar sobre as demandas relacionadas a vida acadêmicas estudantil e, na medida do possível, dar respostas efetivas.

*Reitoria da Universidade de São Paulo
São Paulo, 12 de junho de 2018”*

No próprio dia 14, aconteceu a quinta assembleia estudantil, em que o DCE deu início aos trabalhos informando da “grande vitória”. Enquanto isso, alguns estudantes vinham nos procurar, queriam nos falar sobre o comunicado da reitoria, queriam precisar os informes da reunião do CCA. Apontavam para este ou aquele fulano da direção do DCE que se sentou à mesa com a reitoria. Falavam-nos em

“traição do DCE”. Alguns apenas nos olhavam incrédulos. O plenário estava agitado.

O POR se inscreveu para a fala e, com o comunicado da reitoria em mãos, disse:

“Companheiros, o que a reitoria nos oferece é nada. Esta carta é vazia. Não há nenhuma vitória como afirma a direção do DCE. Não há absolutamente nada de concreto, são apenas promessas que foram feitas no passado e nunca foram cumpridas.

A tarefa do plenário, no dia de hoje, é rechaçar esse acordo.

Quero lembrar a todos que, lá trás, quando o POR defendeu como eixo da greve as reivindicações concretas, a direção do DCE foi contra e propôs generalidades, e por quê? Para isso! Para acordar com a reitoria o ‘nada’. Quero lembrar aqui que a gestão do DCE já tinha feito seis reuniões com a reitoria, às escondidas. E agora fica claro o seu propósito.

Encerro minha fala fazendo um chamado ao plenário, para não aceitarem essa conduta traidora. É preciso eleger hoje, aqui nesta assembleia, uma comissão de negociação, pois a gestão do DCE já provou pela prática que não serve”.

O plenário manifestou bastante satisfação com a proposta apresentada. A direção do DCE e demais correntes não tiveram como se opor. No momento do encaminhamento, apenas propuseram que a comissão de negociação fosse aprovada em assembleia, mas que sua composição fosse decidida no dia seguinte, em reunião do comando de greve. E assim se deu. Após a fala do POR, nenhuma outra corrente se referiu ao comunicado da reitoria como vitória, substituíram por “uma conquista insuficiente”, “um passo adiante”, dentre outras.

Ainda nessa assembleia, ao final, o MRT encaminhou à mesa uma moção de repúdio, já aprovada pela assembleia do SINTUSP, ao reajuste do teto salarial do funcionalismo público de R\$ 21 mil para R\$ 30 mil, aprovada pela ALESP. Nesse momento, o PT, o PSol e o PCB se unifica-

ram para defender contra a moção e a favor do reajuste de nove mil reais aos supersalários. Os mesmos que, na assembleia passada, defenderam como bandeira do movimento uma bolsa de R\$ 535,00 para os estudantes, ou seja, com reajuste de R\$ 135,00, já que a bolsa hoje é no valor de R\$ 400,00.

O grau de decomposição dessas correntes chegou a um nível muito profundo. O plenário não acreditava no que ouvia. O POR declarou seu voto, para dizer:

“É assustador presenciar a defesa de um teto salarial de trinta mil reais. Defesa esta feita por aqueles que se dizem de esquerda, que se dizem lutar por permanência estudantil, em defesa dos negros e pobres. Estes nunca saberão o que é precisar morar no CRUSP e nunca farão uma luta verdadeira por permanência estudantil”.

O PT, o PSol e o PCB ganharam a votação. A moção de repúdio ao reajuste salarial não foi aprovada.

Ao término dessa assembleia, fizemos uma convocação para uma reunião do POR. Percebemos que o movimento havia entrado em um novo estágio, passando a ficar claro para uma parcela dos estudantes que se tratava de um problema de classe. Entendemos então, que era momento de explicar mais profundamente os desdobramentos da greve segundo a política operária. Assim, em 19 de junho, o POR realizou sua reunião que teve como base um manifesto programático, que publicamos anexo.

Em 15 de junho, o comando de greve se reúne e delibera pela composição da comissão de negociação, a saber: um membro do DCE, um membro da AMORCRUSP, um membro do Núcleo de Consciência Negra, um membro do Levante Indígena, um estudante do curso de exatas – Física, um estudante do curso de humanas – Ciências Sociais, um estudante do curso de biológicas – Psicologia, e uma estudante mãe, representando o movimento em defesa da creche.

Defendemos a eleição da comissão a partir da composição proporcional a partir de chapas, de forma a expressar as distintas posições que se desenvolviam durante a greve.

A direção do DCE conseguiu fazer aprovar a composição por nome, a partir do critério que se apresentava como de representação, mas, na prática, era fruto de um acordo entre as correntes que estiveram ao lado do DCE nas votações das assembleias. Destacamos também que a eleição do representante da Psicologia contou com uma polarização na votação: de um lado, a direção do DCE e a maioria das correntes; de outro, uma estudante independente, próxima ao POR, que, por isso, acabou, por pouco, não sendo eleita, levando em conta a abstenção dos militantes do MRT, que preferiram ver mais um do bloco contra a greve na comissão a depositar seus poucos votos em alguém próximo ao POR.

Ainda na votação da composição, teve apenas um momento de maior conflito, quando se propôs acrescentar a estudante mãe. A gestão do DCE, o PSol e o PCB a princípio foram contra, alegando que ultrapassaria o número de pessoas permitidas pela reitoria. Mas, a verdade é que se tratava de alguém da oposição. Diante da insistência do plenário e da impossibilidade de defender mais incisivamente contra a inclusão desta estudante, o PT, o PSol e o PCB acataram a inclusão, condicionada à permissão do reitor.

A negociação com a reitoria estava prevista para o dia 21 de junho, em conjunto com os funcionários. Mas, nesse mesmo dia, a direção do DCE cancela a participação dos estudantes por meio de uma “nota de pesar e decreto de luto”, em virtude do falecimento de um militante do PT e diretor do DCE. Cancelam também todas as atividades da greve por uma semana.

Discordamos do cancelamento da participação na negociação com a reitoria. Utilizaram a morte e o luto por um companheiro para paralisar a greve, a qual votaram contra. Uma vez tendo sido aprovada em assembleia, este seria o único órgão com poderes democráticos para decidir sobre a suspensão de qualquer atividade. A comissão estava subordinada tão somente à assembleia e não à diretoria do DCE.

Os funcionários mantiveram a negociação. Lá apresentaram suas reivindicações específicas, dentre as quais a

reitoria atendeu apenas o reajuste de R\$140,00 no vale alimentação, e se comprometeu a não cortar os pontos da greve desse ano, como foi feito em 2016, mas as horas paradas deveriam ser compensadas, o que, na prática, continua sendo um desrespeito ao direito de greve. No dia seguinte, em 22 de junho, os funcionários encerram a greve.

Na semana seguinte, ocorreram duas reuniões entre os estudantes e a burocracia, uma no dia 27 com a SAS (Superintendência de Assistência Social) e outra no dia 28, com a reitoria. À SAS, foi solicitada a documentação que comprovasse a instalação da internet no CRUSP, assim como os dados de quantos foram os inscritos para o PAPFE (Programa de Apoio a Permanência e Formação Estudantil) e um posicionamento sobre a devolução dos blocos K e L. A Superintendência não forneceu nenhuma informação, comunicando que não poderiam se responsabilizar sem o prévio aval da Pró-Reitoria e que os dados dos inscritos para a bolsa seriam publicados em uma edição especial do Jornal da USP.

A negociação com a reitoria não foi diferente, a começar pela ausência do Reitor. A reunião se deu com o Pró-Reitor de graduação, que apenas se comprometeu a encaminhar ao reitor as reivindicações apresentadas. O Pró-Reitor também afirmou que se publicaria um Jornal da USP especial com os dados da permanência.

Em assembleia do dia 28 de junho, a direção do DCE procurou embelezar essas reuniões. Até mesmo omitindo que a reunião de negociação não havia se dado com o reitor. Diretores da AMORCRUSP tiveram que dar um contra-relatório, expondo o que de fato havia se dado.

Essa foi a última assembleia da greve. A direção do DCE, e até mesmo parte da vanguarda combativa, defenderam o seu fim, mas evidentemente por razões diferentes. Em nossa fala, defendemos a manutenção, como segue abaixo:

“Companheiros, certamente é preciso discutir os rumos da nossa greve. O quadro é de profundo isolamento. A greve está ruindo por dentro, pela paralisia que a direção do DCE

tem imposto ao nosso movimento. Mas, a disposição de luta dos estudantes se mantém. Se não se mantivesse, uma vez os professores fora da greve, os estudantes estariam aqui batendo à porta, desfazendo os piquetes e impondo a volta às aulas. Mas não é o que vemos. O que falta é organizar os estudantes que estão em casa apoiando a greve. Falta um ato de rua para transformar o apoio passivo em ativo. Não é de hoje que o POR vem defendendo um ato na Av. Paulista, às 18h, com as reivindicações do movimento. E o que diz a direção? NÃO! A mesma direção que hoje é PT, que, além de estar no DCE da USP, também é direção na UNE e se recusa a convocar um ato de rua, mesmo tendo forças para isso. Por isso, defendo a manutenção da greve, com uma perspectiva de luta, que é o ato de rua, convocado não só pelo DCE, mas também pela UNE.

Sei também que há aqui uma vanguarda que avalia que é preciso por fim à greve, por não ter mais forças. A esses, o POR convoca, para que não seja agora que se alinham à direção do DCE. Não se unam com aqueles que desde o primeiro dia foram contra a greve. O plenário se dividiu desde a primeira assembleia entre os que eram contra a greve e os que queriam lutar.

Convoco a todos os que se levantaram, que fizeram de tudo para que a greve e procuraram fortalece-la, que não se alinham agora com a direção do DCE. Deixem que eles enterrem a greve, que nunca construíram.”

Três foram as propostas encaminhadas à votação sobre a manutenção ou não da greve: 1) continuidade da greve; 2) Suspensão provisória da greve e 3) Fim imediato da greve. A primeira do POR, a segunda de uma fração dos independentes e a terceira defendida pela direção do DCE/PT, Psol, PCB, MRT e TL.

Na defesa das propostas, deixamos claro que a proposta de suspensão da greve era uma proposta envergonhada de fim de greve. Que havia na verdade duas propostas, a de manutenção e a de fim imediato da greve. Era preciso chamar a atenção dos independentes, diante do erro que cometiam. Não cabia a eles assumirem uma responsabili-

dade que não tinham. Mesmo diante das pressões do isolamento e esvaziamento da universidade, do fim de semestre, era preciso se manter em oposição à direção do DCE, a verdadeira responsável pelo movimento geral.

Na votação, ainda tivemos a adesão de alguns independentes. Mas a proposta de “fim imediato” foi a vencedora. Dias depois, viemos a saber que um dentre os que votaram conosco tinha conseguido convencer um colega de curso, defensor da proposta 2, a de “suspensão”. Ambos do curso de Filosofia, que ao longo de toda a greve foi duramente atacada pela burocracia, por causa do piquete do prédio, três vezes remontado, já que os próprios professores o desfizeram.

A assembleia encerrou. A greve encerrou. Ficaram as contradições objetivas que não recuaram um milímetro. Fica a política privatista da reitoria que desencadeia a luta de classes na universidade. Ficaram as direções conciliadoras. Mas não ficam da mesma forma, porque a greve fez avançar a consciência de classe de uma vanguarda combativa no sentido da superação dessas direções.

Conclusão

A greve na USP, parte da greve nas estaduais paulistas, aconteceu em meio a uma tendência geral de luta no país, que empunhou reivindicações que poderiam levar a uma ampla unidade contra o governo, a burguesia e suas medidas antinacionais e antipopulares, retomando o caminho da greve geral de 28 de abril de 2017. Essa tendência geral fez com que as bases impusessem a greve às direções, que não a desejava, nem a planejaram ou prepararam. A greve teve de germinar apesar de estar com solo duro e seco por cima (não preparado), e pisada ainda pelas botas das direções. Não teve assim a força para se impor.

Pesou contra ela uma outra tendência geral que acompanhou a tendência de luta pelo país: o corporativismo imposto pelas direções. Apesar das reivindicações indicarem o caminho da unidade geral, foram tratadas como pautas específicas. Buscou-se a concessão de migalhas, de for-

ma a apresentá-las como incremento às campanhas eleitorais. O resultado foi derrota atrás de derrota. As poucas greves que conseguiram avanços, ou foram desintegrados posteriormente pela ação dos governos (caminhoneiros), ou foram meramente adiadas no seu conteúdo de ataques (previdência - municipais de S. Paulo). Somente uma greve unitária e nacional poderia impor uma derrota significativa ao governo e a suas medidas.

O corporativismo se manifestou de várias formas na greve da USP. A aceitação da negociação por setor e por universidade foi a primeira evidência. Mas as sucessivas reuniões da direção do DCE, à parte de professores e funcionários e às costas dos estudantes, também. A suspensão unilateral de todas as atividades de greve pela gestão do DCE ignorou que havia uma greve unificada. As pressões de um setor da diretoria do Sintusp (MRT) de se opor à greve, acabou jogando contra o movimento de funcionários e atrasou a possibilidade de unificação. A proposta de comando de negociação da direção do DCE não levou em conta a mobilização grevista (que não existiu nas biológicas), nem as oposições políticas nas assembleias, mas foi apresentado como corporativo. A renúncia em organizar uma manifestação na Av. Paulista sequer, acompanhada da defesa de atos limitados aos arredores da universidade, foi mais uma expressão desse corporativismo.

O corporativismo é expressão do reformismo, que busca limitar as lutas àquilo que a burguesia e seus governos podem dar, mesmo diante da decomposição do modo de produção capitalista, em que só progridem todas as formas de opressão, miséria e guerras. As migalhas que raramente se arrancam servem para fortalecer o controle do aparato e a influência eleitoral. Em geral, limitando as lutas ao controle de seus feudos, levam-nas à derrota. Ou negociam a derrota antes da luta, sufocando-a. Embora seja expressão do reformismo, correntes centristas (que têm discurso esquerdizado sobre a base de uma política oportunista) acabam assimilando as mesmas práticas corporativistas. Somente uma direção revolucionária pode or-

ganizar a luta sindical, popular, camponesa e estudantil a partir da defesa real das reivindicações mais sentidas, sob uma organização independente e com os métodos próprios da luta de classes.

A oposição entre as direções/correntes em geral e as bases/POR deve se elevar na luta por uma direção revolucionária para o movimento estudantil. É preciso retomar o caminho das greves massivas e de manifestação de rua, lutando por reivindicações claras e de unidade, dentro e fora da USP.

Artigos publicados no jornal Massas

USP paralisa no dia 17/05 e se junta às demais universidades paulistas em ato no Cruesp – greve tem indicativo para o dia 28/05

Massas 565 - 20 de maio a 3 de junho

No dia 17/05, a USP paralisou as suas atividades. O objetivo era pressionar os reitores das universidades estaduais paulistas, reunidos no Cruesp, por meio de um ato público, durante a negociação com os sindicatos docentes e de funcionários (Fórum das Seis).

A paralisação ocorre num momento em que se retomam as mobilizações por reajuste salarial em todo o país. A greve na Mercedes, em S. Bernardo do Campo/SP, e as greves de professores em seis estados indica a possibilidade de retomada da luta grevista interrompida após a greve geral de 28/4 no ano passado. Essa tendência de luta se manifesta na universidade, favorecendo a mobilização. Pela primeira vez em vários anos, a paralisação ocorreu sem conflitos em grande parte das unidades. Até mesmo onde não foram feitos piquetes. A pressão pela greve empurra as correntes e partidos para a unidade na luta. A combinação da tendência geral com as ações de divulgação e denúncia das condições na universidade levaram a que a grande

maioria apoiasse o movimento.

Os funcionários e professores se movem principalmente pelo salário e condições de trabalho. O congelamento salarial há dois anos, a não reposição integral da inflação nos dois anos anteriores, a demissão de mais de 3.600 funcionários e a redução em 499 professores, com forte ampliação de trabalho precarizado, são os motes deles. Mas a pauta ainda inclui a permanência estudantil de modo genérico e a reivindicação de vagas, sem incluir a manutenção, bolsas, devolução dos blocos K e L, moradias para as mães, reabertura das creches fechadas, etc.

Os estudantes aprovaram a permanência estudantil e o atendimento das reivindicações de professores e funcionários como bandeiras. Aderiram à paralisação de 17/05 e, por proposta da Corrente Proletária e independentes, votaram pelo indicativo de greve a ser deliberado em assembleia geral no dia 24/05.

A Corrente Proletária tem se esforçado em divulgar amplamente a assembleia estudantil e as reivindicações dos estudantes. Juntamente com a associação de moradores (Amorcrusp) e independentes, confecciona krafts e distribui os boletins, impulsionando a luta.

Durante a paralisação, em algumas unidades se organizaram atividades grevistas. A discussão fortalece a vanguarda que impulsiona a luta. Nesse debate, o POR defendeu a necessidade de retomar a bandeira do governo tripartite, subordinado à assembleia geral universitária. E mostrou como os ataques à universidade são parte da ofensiva reacionária e direitista dos governos, tendo por base a crise econômica. Insistiu na necessidade de unidade com os demais movimentos, em particular o da classe operária. E pela retomada da via da greve geral.

A negociação com os reitores levou a uma proposta de 1,5%, e nada das demais reivindicações. Os sindicatos mostraram que a arrecadação do ICMS paulista aumentou mais de 8% nos primeiros quatro meses do ano e que as verbas não estão sendo repassadas integralmente. A intransigência dos reitores, mandados pelo governo, se manteve.

O resultado é que o Fórum das Seis anunciou a não aceitação da proposta, assembleias até 24/05 e greve a partir de 28/05. Trata-se de um momento em que o movimento estudantil pode romper o marasmo imposto pelas direções há alguns anos na USP e tomar posição à frente da luta grevista, chamando para a unidade com os explorados contra os exploradores, fora da universidade.

Greve na USP sofre com as direções

Massas 567 - 17 de julho a 1 de julho

A greve na USP e demais estaduais paulistas aconteceu num momento em que as tendências de luta de fora da universidade se manifestaram em seu interior, apesar da conduta das direções, que não organizaram a luta pelas reivindicações e contra o desmonte da universidade pública (privatização e precarização).

Os professores entraram em greve contra o congelamento salarial e sobrecarga de trabalho, causada pela saída de 500 em quatro anos. Os funcionários, contra o arrocho salarial e o congelamento dos benefícios (carregam também a sobrecarga pela demissão de 3.600 na última gestão da reitoria). Os estudantes foram à greve defendendo o atendimento das reivindicações de professores e funcionários e as demandas relativas à permanência estudantil, em especial a moradia, bolsas e contratações.

Os sindicatos foram espremidos pelos reitores e governo nas negociações. A proposta de reajuste de 1,5%, contra os 12,56% reivindicados inicialmente, inviabilizou a conciliação aberta. Antes mesmo da greve, os sindicatos ofereceram a contraproposta de 6% e recomposição gradativa das perdas. As reitorias e o governo bateram o pé. Mesmo em greve, os sindicatos elaboraram mais uma contraproposta, de que a reitoria e o governo reconhecessem as perdas e admitissem a possibilidade de novo reajuste, dependendo da elevação da arrecadação (que, todos sabem, vai cair). Enquanto isso, começaram as negociações por pautas específicas, o meio líquido e certo de divisão do

movimento e quebra da greve.

Bastou o “reconhecimento” pelas reitorias das perdas salariais e a promessa de mais discussão a respeito para os professores saírem da greve.

Os funcionários da USP, que só entraram em greve uma semana depois dos estudantes e professores, conseguiram obter um reajuste do vale refeição de 29 para 31 reais. E mais um reajuste no vale alimentação de R\$690,00 para R\$745,00. No momento de fechamento desta edição, estão com um pé fora da greve.

O movimento grevista estudantil sofreu sucessivos golpes da parte da direção do DCE da USP (PT), e já marcou data para comemorar “vitória”, ainda que sem absolutamente nada de concreto nas mãos.

Uma assembleia proibitiva

A assembleia estudantil de 5/6 contou com cerca de 500 estudantes em seu pico, menor que a de 26/5, que deflagrou a greve. A maioria dos presentes estava ligada ao DCE (PT) e às correntes de esquerda, tendo o PSOL na posição de mero capacho do PT e as demais correntes orbitando numa elipse, ora mais, ora menos distante. Uma fração significativa de presentes agrupava independentes e o POR. As votações mais importantes foram vencidas pela direção petista, que aprovou:

- a) quanto às reivindicações, colocar como eixo “contra o arrocho e por acesso e permanência”, assim, de modo genérico; isso permitiria às direções apresentarem qualquer migalha oferecida pela reitoria como “vitória” (o que de fato aconteceu); O POR e independentes defenderam explicitar e precisar as reivindicações, e tiveram cerca de 40% dos votos, contra 50% da direção petista mais o PSOL. O MRT, o PSTU e o MNN, em minoria, dividiram a oposição ao redor da reivindicação de “abertura dos livros caixa da USP”, apresentada como condição para atender à permanência.
- b) quanto a manifestações, não ir às ruas de jeito nenhum, limitar os protestos aos muros da universidade; o POR

e independentes apresentaram a proposta de ato na Av. Paulista. O PSTU se absteve com declaração.

- c) quanto ao comando de greve, reuni-lo apenas depois de dez dias corridos, de modo a que esse comando ficasse paralisado até 15/6. A proposta do POR e independentes era de comando dia 8/6.
- d) A direção ainda defendeu reunir o Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) logo a seguir (10/6), de modo a colocar nas mãos dessa burocracia ligada ao aparelho dos CAs e controlada pelas correntes políticas as decisões mais importantes; verificou-se que esse CCA serviu exatamente para legitimar a negociação marcada com a reitoria (a sexta seguida) sem avisar às bases nem prestar contas dela.

A colocação em votação da pauta genérica de permanência serviu como uma fraude para justificar o peleguismo da direção do DCE. Isto porque a defesa de “permanência” em abstrato já estava sendo praticada pela direção nos encontros com a reitoria. O adiamento do comando serviu como uma vacina para evitar que outros, que não a direção, comparecessem à reunião. E o CCA de sábado foi o verniz que legitimou o encontro vendilhão.

Um bloco para mobilizar

Profundamente insatisfeitos com as deliberações proibitivas da assembleia comandada pelos petistas e psolistas, e com as vacilações das demais correntes de esquerda, o POR, a Amorcrusp (Associação de Moradores do Crusp), delegados de cursos em greve ou não (Letras, Filosofia, Geografia, Arquitetura, Psicologia, Engenharia) decidiram não ficar parados até o comando do dia 15/6 e organizaram um grupo de mobilização pró-greve para divulgar e organizar as atividades da greve, intervir nos debates e assembleias, colar krafts, fazer agitação, ajudar nos piquetes. Esse grupo elaborou ainda um boletim informativo, que foi levado a várias unidades da USP e à USP leste (EACH). E atuou conjuntamente na assembleia de 14/6 e no comando de 15/6.

Assembleia de 14/6

A direção do DCE divulgou, no mesmo dia da assembleia, a carta da reitoria, na qual se explicitam as chamadas “conquistas” da política de conchavos da direção petista. São elas:

- 1) Elevação do teto da renda familiar usado na concessão de bolsas de emergência a estudantes, de um para 1,5 salário mínimo, sem no entanto fixar o número de bolsas nem reajustar seu valor, hoje em 400 reais. Aparentemente, a elevação da renda familiar levaria a um aumento do número de bolsas, mas a burocracia universitária pode manobrar com os números totais das bolsas e manter os gastos fixos.
- 2) Promessas de reformas na moradia, com troca de fiação (tem décadas) e instalação de WiFi. Não foi estabelecido prazo, nem quem fará as obras (não há funcionários para isso), nada. Lembremos que outra promessa, a devolução dos blocos K e L para moradia, tem mais de dez anos e até hoje não foi cumprida.
- 3) Divulgação dos dados de demandas e gastos com permanência no Jornal da USP, um órgão da própria reitoria, no qual ela pode imprimir o que quiser. Divulgação de outros dados, muitos deles contraditórios, já tem sido feita pela burocracia, e isso não quer dizer transparência, muito menos qualquer controle sobre eles.
- 4) Promessa de manter reuniões de negociação, como as que até o momento tinham sido feitas, e de manter o DCE informado, após o encerramento da greve.

Como se vê, é um acordo completamente vazio, não tem nada de concreto. Mas as promessas estão servindo como conteúdo para a direção petista cantarolar “vitória”. Enquanto isso, estudantes permanecem sem moradia, com bolsas de 400 reais e em número insuficiente, não há professores e funcionários suficientes, os blocos K e L permanecem sob controle da burocracia e com mínimo uso, as mães estudantes sem moradia adequada nem creche, e por aí vai.

O POR e independentes propuseram o rechaço a essa proposta de acordo da reitoria, e caracterizaram as reu-

niões escondidas como traição aos estudantes. Mas a assembleia estava novamente sob maioria da aliança PT/PSOL/PCB.

Assim, novamente, se recusou a ir à Av. Paulista, escolhendo a via da pressão parlamentar sobre a Assembleia Legislativa, em comum acordo com as reitorias, por mais verbas.

Marcou a data da próxima assembleia apenas para o dia 28/6, fim de semestre, telegrafando à reitoria quando defenderão o fim da greve.

O pior, nessa assembleia, foi sua oposição a uma moção contra os reajustes de 9 mil reais aos supersalários, aprovada com a votação do novo teto salarial pela Assembleia Legislativa. A que ponto chegam as correntes políticas reformistas e estalinistas, de defenderem um privilégio, em nome da não romper com o corporativismo presente entre os professores, enquanto os salários de funcionários sobe mísero 1,5%. Para manter seu corporativismo, nem era necessário se opor à moção, mas tiveram de ir além, fazendo a defesa dos privilégios e se comprometendo com a casta burocrática que governa autoritária e repressivamente a universidade. Essas mesmas correntes (PT, PSOL, PCB) que defenderam os 9 mil reais de reajuste com teto salarial de 30 mil são as mesmas que na assembleia passada defenderam que a bolsa estudantil fosse no valor de R\$535,00. Ao final, a cantoria de Lula Lã, que o bloco dirigente tem feito ao final das assembleias, mostra seu conteúdo de classe burguês.

Um comando para não fazer nada

O comando de 15/6, reunido no dia seguinte à assembleia, não organizou nenhuma atividade concreta de greve. Serviu apenas para, por meio de várias votações, chegar à composição da comissão de negociação negociada pelo PT com a reitoria e entre as correntes do PSOL e PCB. Ao final dos debates, após muitas críticas à direção petista por sequer ter uma mãe estudante em sua composição, foi feita a proposta de incorporar uma mãe estudante, mas

com a condição de que, se a reitoria batesse o pé no número acordado previamente, ela não entraria. Ficou evidente que de fato o comando não estava decidindo nada, porque a conciliação com o reitor fixou até o número de membros da comissão. Uma comissão autônoma e independente deveria ter seu número e membros fixados pelos estudantes em seus fóruns, e não permitir seu uso apenas para referendar acordos espúrios.

A greve vai chegando ao seu final golpeada de cima para baixo pelas direções traidoras. Várias lições devem ser tiradas, mas a principal é a necessidade de construção de uma direção proletária para o movimento estudantil, em oposição às pequeno burguesas, sejam reformistas ou centristas.

Corporativismo leva ao fim da greve na USP

Massas 568 - 1 de julho a 15 de julho

Em negociação com a reitoria, em 21/06, o Sintusp (Sindicato dos Trabalhadores da USP) obteve um aumento de R\$ 140,00 no vale alimentação, e a possibilidade de reposição dos dias parados nessa greve. No dia seguinte, a direção propôs o fim da greve. A partir de então, somente os estudantes da USP se mantinham na luta, que começou unificada entre as universidades estaduais paulistas.

No mesmo dia, haveria negociação específica com os estudantes. A direção do DCE (PT) cancelou unilateralmente essa reunião, por conta do luto pelo suicídio de um de seus militantes. Passou por cima da assembleia e do comando. A comissão de negociação não é subordinada à gestão. E mesmo que fosse, tem de responder à soberania da assembleia. Foi vergonhosa a manobra de usar a morte e o luto para desorganizar o movimento. Os revolucionários honram a memória dos lutadores lutando com força e convicção da vitória do movimento.

Apesar disso tudo, as assembleias estudantis votaram pela continuidade da greve. Destaque para as da Letras, que votaram com cerca de 95% dos estudantes em favor da continuidade da luta, apesar de isolada com a saída

dos professores na semana anterior, e de cerca de 80%, depois da saída dos funcionários.

No entanto, a Assembleia Geral de 28/06, com baixo quórum, votou pelo fim da greve, sem nenhuma conquista concreta para o movimento estudantil. É necessário, portanto, responsabilizar a política do reformismo e do centrismo pelo corporativismo e pela posição conciliadora.

Uma greve sem preparo, imposta pelas bases às direções, de fora para dentro da universidade

A greve nas estaduais paulistas ocorreu num momento de tendência geral de luta das massas no país. As várias greves na educação, a greve dos caminhoneiros com amplo apoio popular, as greves operárias no ABC, nos petroleiros, na Eletrobrás, tudo apontava para uma conflagração geral contra o governo e os capitalistas. Mas, pesou contra essa tendência a política corporativista das direções sindicais e estudantis. As greves foram levadas a pressionar por reivindicações particulares, acima das gerais, que poderiam unificar as lutas. As direções sindicais, em geral, travaram o método das manifestações de rua e bloqueio de avenidas (o bloqueio das estradas foi feito pelos autônomos, à margem da vontade dos sindicalistas, e jamais se organizou o apoio da população). As negociações particulares levam à divisão do movimento e seu consequente enfraquecimento.

No caso das estaduais paulistas, o Conselho de Reitores (Cruesp) impôs aos sindicatos a negociação por setor e por universidade, quando a greve era unificada. Somente negociaram o índice de reajuste, ditado pelo governo, de ínfimos 1,5%. Nenhuma das direções sindicais presente protestou contra essa medida. Acataram a divisão imposta pelos reitores/governo. Ainda antes da greve, a possibilidade real de unificação estava assim ferida de morte.

Na USP, nenhuma das direções sindicais ou estudantis fez uma preparação para uma greve contra as reitorias/governo. A intransigência dos reitores surpreendeu os chefes sindicais, que contavam com o aumento de 8% no orçamento para obter um reajuste mais próximo de re-

por as perdas, de 12,56%, desde 2014. O DCE negociava às costas dos estudantes com a reitoria, sem divulgar as reuniões ou atas. Só chamou uma assembleia às vésperas de maio. Pretendia apresentar “conquistas” por meio da conciliação, sem luta. Todas essas direções perderam em suas apostas, pois, reitoria/governo se mostraram fiéis seguidores da linha de ajuste fiscal.

A atual situação precária da universidade empurrou todos à greve. Dessa vez, os professores saíram à frente. Os funcionários estavam divididos, por conta do medo causado pelo não pagamento de dois meses de salários da greve de 2016. Entre as correntes que compõem sua direção, o MRT foi contra a greve, apresentando hipócrita e abstratamente, em seu lugar um “plano de lutas”. Entre os estudantes, o POR fazia campanha pela greve unificada onde atua, e conseguiu, novamente, compor uma frente com independentes e a Amorcrusp em defesa da greve. A assembleia estudantil, dividida pela direção, que não queria greve, a aprovou por apenas dois votos de vantagem. Mas seu início imediato, defendido pelo POR e independentes, perdeu para a proposta de começá-la no mesmo dia da dos professores, 29/05. Isso levou a que uma massa de estudantes, ao começar a greve, já estivesse em casa, fora da universidade. Mas a greve contava com o apoio passivo da grande maioria, visto que os piquetes, em alguns cursos foram apenas formais, não tiveram um movimento de fura-greves que os ameaçasse. O MRT, esquemática e equivocadamente, caracterizou a greve como de vanguarda, quando na verdade ela foi amplamente majoritária nos cursos, mas a falta de preparação e de atos de rua não levou a maioria apoiadora a se mobilizar.

O bloqueio imposto pela direção, com apoio de correntes “opositoras”

As deliberações das Assembleias Gerais de 05/06 e 14/06, propostas pela direção petista do DCE, serviram como um bloqueio à ação direta e unitária. Ao não aprovarem ato na Av. Paulista, defendido pelo POR, limitaram

a greve ao interior da universidade. Ao não aprovarem as reivindicações concretas de permanência, mas apenas seu aspecto geral, inculcaram confusão no movimento e abriram caminho para negociar qualquer migalha com a reitoria. Ao anularem o comando de greve (a primeira reunião foi em 15/06), amordaçaram o movimento e evitaram sua expansão para os demais cursos.

A carta da reitoria, que respondia às reivindicações com promessas requentadas e vazias, não pode ser defendida como a “vitória” do movimento. Os próprios militantes petistas passaram a apontar que era “muito limitada”. As correntes de oposição caracterizavam o acordo como ruim, mas não como vazio. Não faltaram nas falas das esquerdas os jargões da burocracia sindical vendilhona: “moeda de troca”, “barganha”, etc. estão incorporados às falas desses setores. No passado, os militantes classistas os rejeitavam por serem coisa de pelego.

“Negociação”?

Haveria uma nova negociação. Depois de fazer de bobos os dirigentes do DCE, marcando e desmarcando uma reunião de negociação no mesmo dia horas antes, a reitoria mandou o pró-reitor de graduação atender a comissão dos estudantes.

Na reunião, 28/06, os membros do DCE chegaram atrasados. No horário, apenas a Amorcrusp, com advogado e mais uma moradora, estavam no local e entraram. Apresentaram ao “leva e traz” do reitor uma série de documentos e toda a fundamentação para as reivindicações de permanência. O representante do reitor apenas disse que encaminharia as demandas a Vahan Agopyan. E que responderia no dia 16 de julho, em plenas férias.

O piquetes no prédio da FFLCH colocaram os professores reacionários (e “progressistas” também) em pé de guerra contra o movimento estudantil. Esse conflito se evidenciou quando um grupo de professores da Filosofia se reuniu para desmanchar, na calada da meia noite, o piquete em seu corredor de aulas. Postaram fotos suas e

do corredor “limpo”. Os estudantes refizeram o piquete, e tiveram apoio dos funcionários, então em greve, que fizeram uma manifestação pelos corredores do prédio.

A diretora da unidade postou um vídeo, taxando os estudantes de nazistas (notem que ela é titular em ciências sociais). Professores buscaram estabelecer um canal de negociação com o comando de greve da filosofia, como isca para que fosse mordida e saíssem da greve estudantil.

Os professores mais reacionários (de direita e esquerda) elaboraram uma proposta de protocolo para retirada dos piquetes pela direção da unidade, a ser votado na Congregação, para dar um aspecto legal à violência autoritária. Um professor “de esquerda” propôs que fosse montado um Grupo de Trabalho paritário para elaborar esse mesmo protocolo. Direções estudantis e representantes discentes prontamente se dispuseram a participar desse golpe.

Enquanto isso, a possibilidade de negociação com a diretora esbarrava na sua condição de retirada prévia dos piquetes. Esbarrava circunstancialmente, porque a direção do CA de Ciências Sociais (PT), logo fez aprovar em assembleia o fim da greve e a remoção dos piquetes no curso. E foram em procissão à diretoria, que os recebeu com mais promessas requentadas, como a do projeto do corredor das humanas, que já fede pelo tempo de decomposição.

Os comandos de greve e as assembleias dos cursos de Letras e Filosofia rejeitaram qualquer acordo antes da negociação geral com a reitoria das pautas unificadas.

A assembleia final

A direção do DCE já tinha proposto a assembleia a dois dias do fim de junho com o propósito de encerrar a greve. Descumpriu as deliberações de divulgação da greve aprovadas no comando e limitou-se a chegar atrasada na reunião de negociação com o representante da reitoria.

Nas falas, a maioria se dividiu entre a defesa do fim da greve e a de sua “suspensão”. A “suspensão” era a forma de defender o fim da greve de forma enrustida, e não ficar ao lado da direção do DCE na defesa da proposta. O ar-

gumento apresentado, de que se poderia “retomar” a greve em agosto, era falacioso. Serviu para iludir uma parte dos independentes, que viram nessa proposta um meio de continuar “depois” a greve. Se assim fosse, sinceramente, teriam de apresentar à mesa o encaminhamento de que se votasse primeiro greve, sim ou não, e depois a sua continuidade. Mas aceitaram votar “suspensão” contra “manutenção” da greve. O principal argumento de ambas as propostas de fim de greve foi o das férias, que se iniciariam em poucos dias. Mas não faltaram os argumentos da Copa, de avanços pelo reconhecimento da reitoria quanto às necessidades estudantis e suas organizações, etc.

Nas defesas, o MRT e o TL se emblocaram com o DCE para defender o fim da greve, apesar de criticar a direção. O MRT repetiu o discurso feito na assembleia de funcionários, de que a greve foi precipitada, que era necessário um plano de lutas, etc.

Apenas o POR e independentes se colocaram pela continuidade do movimento, chamando todos a não fazerem bloco com a direção petista, que, desde antes, durante e agora, trabalhou contra a greve. Chamou os que defenderam e trabalharam de fato pela construção da greve a defendê-la. Denunciou os que acusavam os estudantes de passividade por terem bloqueado os atos de rua. Mostrou como o corporativismo é nocivo à luta dos trabalhadores e estudantes.

A votação teve a maioria pelo fim da greve, uma parte pela suspensão (com votos duplicados nessas duas propostas) e apenas uma minoria pela manutenção. Essa minoria foi justamente aquela que não acatou a paralisia, montou uma frente de intervenção e divulgação da greve, recusou a negociação específica divisionista, teve atuação intercurso nos piquetes e debates. Ela precisa avançar como um pólo classista de ação na universidade, contrário às várias vertentes pequeno burguesas, reformistas e centristas. A retomada do movimento será construída em oposição às políticas colaboracionistas e oportunistas, construindo uma fração revolucionária. É por isso que o POR trabalhará.

POR apresenta o partido a estudantes em luta

Em meio às atividades grevistas, o POR convocou uma reunião de discussão para apresentar o partido, a partir de uma avaliação da experiência que se vive. Abaixo, o texto discutido.

É necessária uma direção revolucionária no movimento estudantil da USP

A greve na USP em 2018, parte da greve das estaduais paulistas, mostrou que:

- 1) O movimento estudantil não deve ficar à reboque dos professores ou funcionários. Se a greve estudantil tivesse começado antes da dos professores, seria possível organizar as bases nos cursos mais propensos à greve, antes da debandada das aulas suspensas pela greve docente;
- 2) A greve aconteceu apesar da conduta das direções sindicais e estudantis, e como parte de uma tendência geral de luta fora da universidade. Não houve uma boa preparação da greve, mas ela emergiu das bases por conta das tendências gerais de fora da universidade, manifestadas por exemplo no apoio popular à greve dos caminhoneiros;

- 3) O corporativismo é nocivo à unidade grevista. A oposição das direções em defender as reivindicações gerais concretas que dariam unidade ao movimento mostra isso. A resistência dos professores em fazer de fato um movimento unitário com estudantes e funcionários concluiu em sua saída precoce da greve, sem ter avançado nada de concreto desde o 29/5. A saída de um setor é um golpe contra os demais em luta.;
- 4) A direção estudantil jogou em todos os momentos contra a greve, e teve colaboração variada das correntes que se dizem oposição. As seis reuniões da direção petista do DCE com a reitoria, sem comunicação pública prévia e sem divulgação das atas desses encontros, concluíram num acordo sem absolutamente nada de concreto aos estudantes. Todas as ações da direção estiveram voltadas à conciliação com a reitoria, o que explica sua oposição inicial à greve, seu autoritarismo nas assembleias, sua rejeição à organização do movimento grevista pelo comando de greve, seu apego ao burocrático Conselho de Centros Acadêmicos (CCA), seu burocratismo na composição da comissão de negociação por meio da divisão de cargos entre as correntes ao redor da direção. O PSOL atuou como capacho do PT, sendo arrastado por ele em quase todas as votações. As esquerdas centristas (PSTU, MRT, etc.) oscilaram, ora alinhando-se com a oposição, ora se abstendo, ora junto da direção;
- 5) A política eleitoreira joga contra o movimento grevista. Para quem está às vésperas das eleições, a pior coisa é ter de desviar suas energias para a greve. O objetivo eleitoral da direção se mostrava no canto ao final das assembleias em favor de Lula no governo. Mas as esquerdas também se colocam sob essa perspectiva, seja com Boulos, seja com candidatos a parlamentares;
- 6) A política de conciliação de classes, que bloqueia as lutas fora da universidade, faz o mesmo dentro dela. Fora da USP, vemos as direções sindicais bloquearem as tendências à unificação das lutas contra as medidas

do governo, de ataque às condições de vida das massas. Dentro da USP, PT e PSOL estão de mãos dadas para aplicar a política de conciliação com a burocracia universitária;

- 7) As manobras, burocratismo, ataques despolitizados, ação tipo torcida organizada, traição, etc. são expressão de políticas que estão em contradição com as reais necessidades dos estudantes. A democracia estudantil só pode se expressar plenamente quando o movimento estudantil se levanta pelas reivindicações com os métodos da luta de classes;
- 8) As assembleias mal convocadas, com poucas centenas de estudantes, favorecem o controle burocrático pelas correntes políticas e partidos; as assembleias massivas dissolvem o poder burocrático e impõem a vontade da maioria das bases. Uma política revolucionária só pode ser isso se expressar essa tendência geral das bases;
- 9) As diferenças entre as políticas dos partidos e correntes expressam as pressões das classes sociais ou de camadas dessas classes. Na universidade, predomina a pequena burguesia, que é constituída por muitas camadas, e as diversas correntes políticas tendem a expressar os interesses dessas diversas camadas. Assim, desde os partidos reformistas, passando por uma grande quantidade de partidos centristas (oscilam, no discurso, entre a política revolucionária e a reformista), nenhum deles será capaz de expressar uma política proletária, contraposta à burguesa (expressa pela burocracia universitária dirigente e seus serviços);
- 10) A política proletária é a única que serve aos estudantes em sua luta contra a burocracia universitária, os governos e a burguesia. A luta de classes se projeta no interior da universidade, e os que estudam e trabalham são afetados pelos mesmos inimigos da classe operária. Tomam emprestado dela os métodos de luta e a democracia direta, com suas formas organizativas. Para se defenderem e à própria universidade, têm de rejeitar a política de conciliação predominante entre as

direções. E têm se aliar à população assalariada, para, ao lado dela, ganhar a força necessária para derrotar, ainda que circunstancialmente, a burguesia e seus governos. A vitória definitiva depende dos explorados derrotarem os exploradores e constituírem seu poder próprio, por meio da revolução social. A conclusão é que é preciso construir o partido proletário dentro do movimento estudantil, e lutar para que ele, expressando as tendências de luta das bases, derrote as atuais direções e ajude a colocar o movimento estudantil como força revolucionária auxiliar do proletariado na luta pelo socialismo.

Há diversas concepções de partido. Mas só há uma de partido revolucionário. Essa é a do partido programa. Segundo ela, é o programa que define o partido. Seu objetivo estratégico, estabelecido a partir da aplicação do materialismo histórico à realidade que se procura transformar, determina a tática e as formas organizativas, ainda que se estabeleça uma interrelação dialética entre elas.

O partido programa procura expressar como teoria as tendências revolucionárias instintivas da classe operária e a assimilação de suas experiências concretas. Essa teoria se concretiza como prática revolucionária, como ação consciente.

O Socialismo Científico alcançou um elevado grau de desenvolvimento teórico, especialmente no momento da revolução russa de outubro de 1917. Mas o processo de restauração capitalista e de burocratização do Estado levou a um monumental retrocesso. No mundo todo, aqueles que em sua prática levavam o programa foram quase todos assassinados. As organizações dirigidas a partir da burocracia de Moscou se deformaram, se perderam ou passaram a seguir frações da burguesia em seus países. Stalin fechou o partido mundial (III Internacional) com uma canetada, sob pressão do imperialismo. Esse processo repercutiu e repercutiu até hoje. Os explorados não têm sua organização nem sua direção que sintetizem sua luta revolucionária. Embora o capitalismo esteja se desintegrando econômica,

cultural e socialmente, não há o elemento subjetivo para que os explorados o derrubem e virem a página da história. A isso chamamos de crise de direção revolucionária.

A necessidade de construir o partido mundial coloca no plano local a tarefa de construir o partido como sua seção nacional. A revolução socialista começa dentro das fronteiras nacionais e se projeta como internacional.

Na fase em que vivemos, ou uma direção se constrói como revolucionária, ou acaba praticando a conciliação de classes – que se traduz em traição, o capitalismo na fase imperialista não permite mais as reformas duradouras, tende ao ataque sem trégua às condições de vida e trabalho das massas.

Somente uma direção proletária poderá cumprir o papel de ajudar a dar passos no sentido da revolução, a cada mobilização que se constrói.

Os ativistas, a militância, a vanguarda, ora estão atuando em um partido, ora fora dele. Mas, no movimento concreto, são disputadas posições que não são de indivíduos ou pequenos grupos (embora às vezes possam ter essa forma), e sim de interesses materiais contraditórios. Que correspondem aos interesses de classes ou camadas de classe.

A pretensão do apartidarismo é impossível. Como são os partidos e correntes que expressam os interesses materiais em choque, sempre será por meio deles, de forma aberta ou velada, que vão aparecer os conflitos no interior do movimento.

Sabemos que um partido ou corrente burocratizada, onde as decisões vêm de cima para baixo, não tem elaboração política coletiva, os militantes reproduzem as ordens que recebem. Não pensam pela própria cabeça, mas agem pela de outros.

Um partido revolucionário, pelo papel que pretende cumprir, só pode se organizar por meio da elaboração e ação coletivas (isso vem da classe operária). Assim, são os militantes que estão em meio às bases os que podem e devem responder aos problemas imediatos. Claro, desde que

não contrariem as decisões gerais tomadas coletivamente. Isso implica na elaboração coletiva das questões, que parte de ouvir e ler o ambiente em que se atua e responder aos problemas a partir da bagagem da teoria acumulada em muitas décadas da luta da classe operária.

Os militantes independentes, classistas, honestos e combativos, tendem a agir juntamente ao partido revolucionário nas mobilizações. Isso se o partido estiver traduzindo corretamente as reais necessidades e meios para alcançá-las no interior do movimento. É preciso avançar essa unidade para alcançar a elaboração coletiva e conjunta das avaliações e propostas, enfim, para a construção da política revolucionária. O partido luta para que esses militantes se transformem em membros da organização, ou seja, construtores de seu programa, E possam com isso ajudar a elaborar, cada vez mais coletivamente, a sua política.

O POR chama os ativistas com os quais temos estado juntos no movimento a se juntarem à construção do partido revolucionário, seção nacional do partido mundial da revolução socialista!

Anexos

Boletins da Corrente Proletaria Estudantil

Todos à Assembleia Geral de Estudantes da USP! Quinta, 26/04, às 18h, na prainha da ECA!

Boletim de 20 de abril

A direção do DCE da USP (PT) convocou uma assembleia geral de estudantes para o dia 26/04. A pauta é permanência estudantil e espaços. São dois graves problemas que afetam grande parte dos estudantes e nossas organizações (CAs, DCE). Mas, é preciso discutir e deliberar sobre outras questões que são, como essas duas, prioritárias: a campanha salarial de professores e funcionários e a necessidade de combate ao desmonte da USP levado a cabo pelo reitor Agopyan, em continuidade à gestão de Marco Antônio Zago. A situação política nacional também exige resposta organizada do movimento estudantil: cabe se posicionar e agir em relação à intervenção militar no RJ, a morte de Marielle, a prisão de Lula e o combate às reformas antinacionais e antipopulares do governo Temer. Devemos todos comparecer à assembleia, discutir e deliberar um plano de lutas para alcançar nossas reivindicações.

1) A campanha salarial de docentes e funcionários

As últimas campanhas salariais tiveram nos estudantes ora um mero ponto de apoio passivo, ora a omissão. Assim, por conta da falta de unidade na luta, não conseguiram dobrar a reitoria e o governo, e os professores e funcionários sofrem com as medidas de “ajuste fiscal” (desmonte da USP), aplicadas sob mando do governo estadual (PSDB).

Em outros momentos, os estudantes estivemos na linha de frente das mobilizações que derrotaram tentativas de arrocho salarial e ataques à universidade pública e gratuita.

A campanha salarial deste ano exige a unidade dos três setores e a busca de apoio junto à população assalariada para derrotar a política de desmonte da USP, que tem avançado desde 2014. O desmonte afeta duramente os três setores.

Os professores sofrem com o arrocho salarial, cortes de verbas, redução significativa do quadro de docentes – 500 a menos desde 2015 (e sua substituição parcial por contratados precariamente – pelo menos 200 com salários menores que o dos professores da rede estadual, que já recebem uma miséria).

Os funcionários estão sob a pressão das demissões “voluntárias”, arrocho salarial, extensão da jornada de trabalho, redução de direitos trabalhistas, repressão e ataques à organização sindical.

Estudantes sofremos com a falta de professores, salas superlotadas, queda do nível de ensino, restrições cada vez maiores nas matrículas em disciplinas, redução de meios de permanência (sem vagas na moradia e com ela cada vez mais precária, sem creches, com péssimas condições de transporte, com cortes de bolsas, etc.), ataques privatistas aos espaços estudantis.

A unidade dos três setores é uma necessidade para ganhar a força necessária para enfrentar uma reitoria e um governo que se mostram intransigentes, autoritários, repressivos, empenhados no privatismo. É preciso ter em

mente que nossa força é multiplicada quando ganhamos o apoio da população assalariada. Não basta paralisar as aulas e trabalhos dentro da universidade; é preciso ir às ruas, afetar a economia, ganhar apoio dos que estão fora da universidade e a sustentam com seu trabalho.

Essa unidade só pode se construir de verdade sobre a base da mais ampla democracia de base. Não basta a conversa e acordo entre as direções e cada setor fazer o que lhe dá na telha. É preciso romper o corporativismo e discutir coletivamente as reivindicações, os métodos para lutar por elas, a negociação com a reitoria/governo e o momento de avançar ou recuar o movimento.

A intransigência da reitoria/governo (já anunciou o reajuste salarial ZERO para 2018) mostra que é necessária a greve unificada dos três setores. A greve é o meio para garantir que todos possam se mobilizar sem prejuízo de uma parte em relação à outra (provas, trabalhos, seminários, frequência, etc.). Nas últimas décadas, tivemos greves com vitórias e derrotas. Aquelas que contaram com maior mobilização e unidade alcançaram conquistas.

O meio para se alcançar a unidade verdadeira, sem a submissão de um setor pelo outro, é a organização de uma assembleia de base conjunta, a Assembleia Geral Universitária. Não se trata de emendar as pautas de cada setor uma na outra, mas de construir uma pauta unificada com as reivindicações de todos. É a partir das bases que se levantam as reivindicações mais sentidas. Sem escutá-las, o risco de cair na omissão diante de problemas graves é grande.

A tendência das direções do movimento estudantil é a de se colocar à reboque das direções docente ou de funcionários. É um grave erro. Exemplo:

A pauta unificada do Fórum das Seis (agrega os sindicatos docentes e de funcionários das universidades públicas paulistas) pretende abarcar as reivindicações de todos. Este ano, tem o mérito de se concentrar nos problemas mais candentes, evitando as pautas extensas que contêm centenas de demandas e dispersam a mobilização. Mas,

quanto à questão da permanência, especificamente sobre a moradia, reivindica somente a concessão das vagas necessárias para atender à demanda estudantil (hoje, cerca de 4 mil pretendentes para pouco mais de 150 vagas ao ano). Se se permitisse que os moradores estudantes apresentassem suas reivindicações, apareceriam, com certeza, a necessidade de contratação de funcionários e destino de verbas para a manutenção das moradias, o fim da violência sobre mulheres e homossexuais, as vagas para as mães estudantes e reabertura das creches fechadas, o direito de manifestação e expressão, o controle estudantil sobre a moradia, a reabertura de restaurantes nos horários em que foram fechados, a volta dos circulares da USP, com ônibus suficientes para o fluxo de estudantes que têm de vir para cá (inclusive nos finais de semana), etc. Isso tudo são condições de permanência estudantil, e não constam da pauta apresentada.

A construção de um movimento realmente unificado levará os três setores a se chocarem contra a raiz dos problemas e origem da aplicação da política privatista: o poder da reitoria e das instituições burocráticas que a geram, sob mando dos capitalistas e de seu governo. Esse choque permitirá avançar na direção de estabelecer como objetivo a destruição desse poder autoritário e repressivo, e colocar em seu lugar um governo universitário de fato democrático e autônomo em relação ao governo. Esse será o Governo Tripartite, eleito diretamente pelo voto universal, com mandato revogável e subordinado à Assembleia Geral Universitária. Bandeira levantada pelo movimento estudantil em 2013 e que se dirigia a por fim à reitoria e sua burocracia. Esse caminho precisa ser retomado.

2) Permanência e espaços

Ao longo dos anos, a reivindicação de permanência estudantil substituiu a de Assistência Estudantil. Isso por que não se trata de uma esmola a ser dada aos estudantes carentes, mas de condições que são parte do direito ao ensino público e gratuito. Ou seja, o ingresso na universidade

pública está longe de garantir que o estudante possa levar adiante seus estudos. É preciso que a universidade forneça condições materiais para que possa residir, se alimentar, se deslocar, se tratar de doenças, manter seus filhos se os tiver, ter recursos necessários para estudo e lazer. Ao contrário do que afirma o reitor (disse que a USP não tem de garantir nada além de ensino e pesquisa), a permanência é parte do ensino. E é assim que devemos levantar sua defesa, não como um adorno na pauta unificada de professores e funcionários, mas como algo que necessitamos e lutamos por ela. A defesa do Hospital Universitário, hoje sucateado pelas sucessivas gestões privatistas de reitores, é parte da nossa permanência e sua defesa deve ser tomada como nossa. A substituição de funcionários concursados por terceirizados, além de ser um ataque aos direitos trabalhistas, é parte da precarização e privatização da universidade. O caso dos terceirizados do bandejão, que nem sequer podem almoçar a comida que produzem, é exemplo da barbárie do privatismo na USP. Mas quais reivindicações respondem efetivamente a essa questão? Acreditamos que é preciso ir além de permitir que se alimentem e ganhem melhor. É preciso defender sua efetivação, sua contratação pela USP, sem necessidade de concurso, para concretizar a bandeira de “trabalho igual, salário igual”, tão cara aos explorados. E o controle dos restaurantes por funcionários e estudantes.

Os espaços estudantis têm sido atacados, com vistas a privatização e meio de arrecadação de fundos complementares para os departamentos e unidades. Sob pretextos diversos, são tomados para benefício da burocracia universitária e seus “amigos”. A defesa dos espaços estudantis é parte da defesa da autonomia do movimento estudantil. Quem deve dizer o que fazer com esses espaços são os estudantes, por meio de suas organizações e se s fóruns de deliberação. A ingerência das direções de departamentos e unidades, ou da reitoria, é um ataque a essa autonomia e deve ser rechaçado. E isso só será concretizado por meio da mobilização.

3) situação política nacional e internacional

Há quatro questões graves na situação política nacional: a intervenção militar no RJ, a morte de Marielle, a prisão de Lula e as reformas antinacionais e antipopulares do governo Temer. A Assembleia deve se posicionar:

- 1) abaixo a intervenção militar federal no RJ! Fora as tropas do exército das comunidades! Abaixo a ditadura civil de Temer! Emprego, salário, educação e lazer para a juventude e famílias pobres!
- 2) tribunal popular para investigar o assassinato de Marielle! A burguesia, seu aparato repressivo (exército e polícia) e seus governos são os responsáveis!
- 3) Libertação imediata de Lula! Pelo seu direito democrático de disputar a eleição! Somente a mobilização das massas poderá derrotar a ofensiva reacionária e a continuidade do golpe! Somente a classe operária pode julgá-lo!
- 4) A reforma da Previdência ainda não foi derrotada pelas massas! E é preciso impedir a aplicação da reforma trabalhista, revogar o teto de gastos e a reforma do ensino médio! O meio para isso é retomar a trajetória da greve geral de 28 de abril de 2017!

Quanto à situação internacional, o intervencionismo militar dos EUA desaba sobre a Síria, pretendendo submetê-la aos seus desmandos. É preciso defender o fim de toda intervenção externa no país e na região, que possam resolver seus conflitos internamente (autodeterminação dos povos), o que só se realizará sob a direção da classe operária! Fora o imperialismo da Síria e do Oriente Médio!

Todos à assembleia geral de estudantes da USP! Quinta, 10/05, às 18h, no vão da História

Boletim de 10 de maio

Lutemos (de verdade) pela permanência estudantil!

Desde o início do ano, as direções do DCE e CAs têm se referido à necessidade de defender a permanência estudantil, como um ponto essencial de reivindicação. As direções dos sindicatos de professores e funcionários colocaram a

permanência estudantil em suas pautas de reivindicação da campanha salarial de 2018. O DCE, dirigido pelo PT, tem feito reuniões nas unidades para levantar os problemas de permanência a partir das bases. O Conselho de Centros Acadêmicos aprovou uma pauta relativa à permanência para reivindicar da reitoria. A última assembleia geral de estudantes (26/04) decidiu unir as reivindicações levantadas nos diversos fóruns do movimento numa pauta única.

Na verdade, o movimento de moradores do Crusp tem levantado o conjunto de reivindicações relativas à permanência há alguns anos. Até agora, a permanência só aparecia como um adorno em pautas levantadas pelo movimento geral dos estudantes, e de professores e funcionários. Mas, o risco de isso se repetir não está descartado.

Para levantar a base estudantil em movimento, é preciso defender o conjunto das reivindicações necessárias para atender às demandas de permanência. São as reivindicações comuns que poderão dar a unidade na luta por elas, independentemente de quaisquer diferenças de caráter ideológico entre os estudantes. E somente com uma forte mobilização, que se una a quem trabalha na USP e fora dela, ganhando apoio da população assalariada, é que poderemos enfrentar um governo e sua reitoria intransigentes.

As vagas na moradia para todos que solicitem é uma bandeira importante. Afinal, foram quase 4 mil estudantes que solicitaram moradia em 2017, e somente 165 foram atendidos. O primeiro passo para atender às demandas de moradia é a devolução dos blocos K e L aos estudantes. Esses blocos estão praticamente prontos para uso. Foram tomados dos estudantes pela ditadura militar, serviram durante décadas como sede da reitoria e do Conselho Universitário (C.O.), e estão prometidos para moradia há mais de oito anos.

As reivindicações são conhecidas: vagas adequadas para estudantes mães, creches para seus filhos, bolsas de permanência em número suficiente, bolsas alimentação, salas pró-aluno para tender à demanda geral, um transporte público gratuito decente para os estudantes se locomoverem na universidade e até o metrô, contratação de

funcionários em número suficiente para atender às necessidades de manutenção da moradia e restaurantes (fim de toda terceirização – contratação dos terceirizados sem necessidade de concurso), internet usável pelos moradores, estrutura adequada à moradia (fogões, máquinas de lavar, sistemas elétrico e hidráulico, mobiliário, etc.), reconhecimento da comissão autônoma de apuração contra a violência às mulheres e homossexuais.

É preciso defendê-las, aperfeiçoando-as com dados concretos. Denunciando a intransigência da reitoria/governo. Organizando os estudantes nas unidades para tomar a resolução desses problemas em suas próprias mãos. Essa é a tarefa da Assembleia.

*Pelas contratações necessárias!
Fim da terceirização e efetivação dos
terceirizados sem necessidade de concurso!*

A gestão Zago demitiu quase 4 mil funcionários, em seus programas de PIDV. Temos hoje na USP, por diversos motivos, 500 professores a menos que em 2015. Por outro lado, forma contratados mais de 200 professores de forma precária e se ampliaram as terceirizações. As pressões da reitoria por maior trabalho, sem a respectiva remuneração dos funcionários, levam ao esmagamento dos trabalhadores e sucateamento dos serviços e até do próprio ensino e pesquisa. Muitas disciplinas obrigatórias e optativas deixaram de ser oferecidas por causa da falta de professores. As medidas da reitoria só apontam para a piora dessas condições. O movimento estudantil, por meio de uma greve de 106 dias na FFLCH, em 2002, conseguiu arrancar da reitoria, que oferecia seis professores, 91 contratações, e mais um plano de futuros concursos. Esse é o caminho que devemos retomar.

*Combater a reforma do ensino médio e curricular
impostas pelo governo!*

O governo federal impõe a reforma do ensino médio, e os governos estaduais aplicam a reforma curricular, que corta

uma série de disciplinas ou as transforma em opcionais.

As mudanças são rejeitadas pelos professores e estudantes do ensino médio, com seus movimentos. Mas elas também afetam os estudantes da universidade, pois levarão a desemprego e redução salarial. Devemos aprovar medidas de apoio e unidade com os movimentos de professores e estudantes do ensino médio, a partir de uma caracterização precisa das medidas governamentais: são autoritárias (não são sequer debatidas com a base); são destruidoras do ensino (porque apontam para o ensino a distância e sucateamento do ensino presencial); e são privatistas (fortalecem as empresas ligadas ao ensino, enquanto enfraquecem a educação pública e gratuita).

Combatamos as tendências ditatoriais da burguesia nacional e internacional!

A prisão de Lula é uma medida autoritária e discricionária do governo de ditadura civil de Temer. Defendemos a imediata libertação de Lula, que deve ser julgado pela classe operária, e não pelo aparato repressivo da burguesia. O que não quer dizer apoio eleitoral à sua candidatura, mas defender a mobilização, os métodos da ação direta das massas para enfrentar o autoritarismo governamental e judiciário. O ponto de partida da mobilização é a defesa das reivindicações mais sentidas, hoje concentradas na luta contra as reformas antinacionais e antipopulares de Temer, que somente serão derrotadas a partir da retomada da via da greve geral.

A crise mundial capitalista tem levado a que se manifestem em toda parte tendências autoritárias e antidemocráticas da burguesia, colocadas como expressão e resposta dos capitalistas e seus governos a ela. O recente ataque à Síria é parte dessa tendência mais geral. O governo Trump ordenou o bombardeio, com o falso pretexto de uso de armas químicas do governo Assad contra a população. Condenamos o ataque do imperialismo norte-americano, inglês e francês contra a Síria, e defendemos seu direito à autodeterminação. Que as potências que agem no interior

do país o deixem imediatamente, que deixem a população síria resolver seus problemas com suas próprias mãos, sem ingerência externa. O que só poderá ser realizado pela revolução proletária, pois todas as frações da burguesia nacional são incapazes de derrotar as potências imperialistas. Chamamos os explorados do mundo todo a se unirem contra a ofensiva imperialista sobre a Síria e Oriente Médio e a combaterem com seus próprios métodos de luta, suas reivindicações próprias e suas organizações de luta.

A Assembleia de 24/05 decidiu: Greve estudantil a partir de 29/05!

Organizemos a greve nas assembleias de curso no dia 28/05!

TODOS AO ATO DIA 29/05, em frente à reitoria, a partir das 10h

TODOS À ASSEMBLEIA GERAL DOS ESTUDANTES, dia 30/05, 17h30, no vão da História

Boletim de 28 de maio

Depois de aprovada a greve estudantil na USP a partir de 29/05, cabe às assembleias de curso organizarem a paralisação das aulas, a eleição do comando de greve e o calendário de atividades em cada unidade.

A greve unificada dos três setores pode se efetivar a partir de 5/6, quando os funcionários vão votar seu indicativo de greve. Será possível a constituição de comandos e assembleias conjuntas nas unidades e a organização do calendário e atividades unificadas.

As unidades com maior mobilização terão a tarefa de ajudar aquelas menos mobilizadas a se unirem ao movimento grevista de defesa da USP pública e gratuita.

Nossa greve terá de derrotar as reitorias/governo, por isso terá de buscar apoio da população assalariada. O meio para se buscar isso será a realização de atos públicos nas ruas e grandes avenidas, pelo menos uma vez por semana.

A tendência geral de luta na USP e as tendências de luta pelo país

Apesar de as direções estudantis na USP não terem preparado bem as condições para uma mobilização nesse momento, vimos que a paralisação de 17/05 ocorreu com grande apoio entre os estudantes. Surpreendeu o fato de não ter havido conflito nos piquetes organizados para garantir a paralisação. Esse apoio à mobilização é consequência da conjuntura no país.

Os metalúrgicos da Mercedes realizam a sua mais extensa greve por reajuste salarial. A educação fez greve em pelo menos sete estados no país. A ocupação na UNB segue sua luta contra a precarização e privatização. Os professores municipais de S. Paulo derrotaram a reforma da previdência de Doria. Os caminhoneiros paralisaram as estradas exigindo a redução do preço do diesel e pedágio e ganharam apoio da população. Os petroleiros acabam de deliberar sua greve nacional. Na Unicamp, os funcionários iniciaram sua greve no último dia 22/05.

A USP não é uma ilha isolada do país. As tendências de luta se manifestam por aqui também, ainda que não tenham nas direções um canal de expressão e impulso.

É com base nessa avaliação que temos impulsionado a proposta de greve dos três setores, levantando o conjunto das reivindicações que expressem nossas reais necessidades. Sabemos que houve um aumento da arrecadação do ICMS no primeiro quadrimestre em S. Paulo, de cerca de 8%, e que isso permitiria um repasse imediato para as universidades. Mas, se nossas necessidades vão além disso, então, que lutemos por verbas suplementares que assegurem o pleno funcionamento da universidade pública e gratuita.

Nossas reivindicações

Temos levados sistematicamente às assembleias gerais as reivindicações que correspondem à defesa da permanência, contra o desmonte da USP e em defesa das condições de trabalho de funcionários e professores. Na mesa das assembleias, a atual direção do DCE as tem sabotado e não

as apresenta ao plenário. Vamos continuar insistindo. Não queremos greve corporativa nem de pijama. Lutemos por:

- a. Devolução imediata dos blocos K e L para moradia, com adequação para estudantes mães.
- b. Contratação imediata de 500 professores por meio de concurso público; levantamento nas unidades das demais necessidades e abertura de concurso para atendê-las.
- c. Contratação imediata de 3.600 funcionários por meio de concurso público.
- d. Reajuste salarial de 12,5% para todos os trabalhadores da USP. Reajuste automático de acordo com a inflação.
- e. Incorporação de todos os trabalhadores terceirizados, sem necessidade de concurso público
- f. Licitação para construção de mais blocos de moradia, de forma a atender à demanda.
- g. Verbas suficientes para garantir a manutenção dos atuais blocos de moradia.
- h. Controle estudantil da moradia – fim da seleção obscura da SAS.
- i. Bolsas de permanência de acordo com as reais necessidades dos estudantes.
- j. Volta das três linhas de ônibus circulares da USP, ligando até o metrô; fim do acordo com a Gato Preto. Transporte público e gratuito, sem restrição do bilhete BUSP, com intervalos adequados à demanda.
- k. Bandejões e lanchonetes vinculados à USP; contratação dos funcionários terceirizados atuais sem concurso; tabela de preços das lanchonetes fixada por uma comissão tripartite.
- l. Autonomia dos espaços estudantis, sem cobrança de taxas pela USP. Uso dos espaços determinado pelos fóruns do movimento estudantil.
- m. Imediato cumprimento judicial de reabertura da Creche Oeste.
- n. Imediato cumprimento do acordo judicial da eleição tripartite da comissão autônoma contra a violência sexual no Crusp.

- o. Fim de todos os processos políticos administrativos e civis contra estudantes, funcionários e professores. Readmissão imediata dos demitidos e eliminados políticos.
- p. Imediata volta da eleição de representantes discentes pelo movimento estudantil e não mais pela reitoria.
- q. Fim da diária de R\$ 37,00 cobrada aos estudantes alojados no CEPEUSP.
- r. Livre acesso dos filhos de estudantes no Bandeirão.

... e as seguintes propostas de ação:

- 1. Comando de greve dos estudantes. Data: 04/06 às 18h na História.
- 2. Comando de greve unificado dos três setores.
- 3. Indicativo de assembleias e comandos de greve unificados nas unidades; calendários de greve, com discussão e ação para levar a greve às unidades menos mobilizadas e organizar coletivamente as manifestações de rua – indicativo que sejam pelo menos semanais.
- 4. Ato Unificado dos três setores na Av. Paulista. Proposta de data: 07/06. Concentração às 18h no MASP.
- 5. Que a atual direção do DCE cobre da UNE a convocação do Ato Unificado na Av. Paulista do dia 07/06.
- 6. Assembleia Geral dos Três Setores.
- 7. Arrastão pelos cursos para divulgar a greve.
- 8. Piquetes, nas suas mais variadas formas, nas unidades.
- 9. Boletim que contenha a pauta de reivindicação do movimento, a defesa das assembleias como fórum de decisão e organização do movimento, a defesa do método de ação direta e o calendário do movimento.
- 10. Oficina de krafts para divulgação das atividades de greve.

Nota de repúdio

A direção do DCE, gestão Nossa Voz (PT), na mesa da III Assembleia Geral dos Estudantes da USP, em 24/05/18, portou-se de forma burocrática e autoritária ao: a) manobrar, antecipando as moções (geralmente discutidas no fim das assembleias) para antes da votação principal,

tentando esvaziar a assembleia; b) impondo encaminhamentos à revelia do plenário; c) apresentando propostas à votação como “a do conjunto do movimento” e a “outra”; d) interrompendo uma votação que ia perder em meio à contagem dos votos; e) manobrando para tentar invalidar a vitória da greve a partir de 29/05; f) tentando encerrar arbitrariamente a assembleia à revelia do plenário, ao retirar a aparelhagem de som.

Repudiamos essa conduta, avessa à democracia estudantil, que pressupõe a soberania da assembleia geral sobre as direções e do plenário sobre a mesa.

Expandir e fortalecer a Greve

*Ir à Rua! Ato unificado na Av. Paulista para ganhar o apoio da população e pressionar a reitoria!
Dar precisão às reivindicações da permanência:
devolução dos K e L, bolsas de um salário mínimo, contratação de 500 professores e 3.600 funcionários, efetivação dos terceirizados sem necessidade de concurso!*

Boletim de 14 de junho

Tendência de Luta

As três categorias estão em greve. Os cursos de Letras, Filosofia, Geografia, Arquitetura, Artes Cênicas, Pedagogia, Ciências Sociais deflagraram greve. Entre os funcionários, o campus da capital, Ribeirão Preto e Piracicaba seguem em greve. Ontem (13/06), o HU entrou em greve. Os cursos têm encontrado disposição dos estudantes, que entendem a necessidade da greve. Não há resistência nem conflito para que se tenham aulas. Esse quadro reflete uma tendência mais geral de luta colocada no país.

Ato na Av. Paulista

Os estudantes estão apoiando a greve em casa. É preciso converter esse apoio passivo em ativo. Por isso, é importante um ato de rua, de modo a canalizar a disposição

de luta ao se ganhar as ruas. A greve, até o momento, fez atos no CRUESP, em dias de negociação, e um ato na SAS. Foram atividades importantes, mas insuficientes. É preciso avançar na luta, convocando um ato na Av. Paulista, às 18h. Panfletar para a população, ganhar o apoio popular e interferir na economia. Esse caminho permite fortalecer a nossa greve para vencer a reitoria e o governo do Estado. Sem uma forte e radicalizada mobilização, não seremos capazes de derrotá-los.

Permanência tem de ter conteúdo

Como vamos lutar por uma reivindicação genérica como “permanência”, sem especificar o que de fato necessitamos? Se formos a uma negociação com a reitoria (a partir de uma resolução de assembleia, claro), o que vamos exigir? É preciso deixar bem claro: queremos os blocos K e L de volta, as bolsas no valor de um salário mínimo, a contratação de 500 professores e 3.600 funcionários e as demais necessidades imediatas que garantam a permanência dos estudantes na universidade.

Comando de mobilização unificado

As três categorias estão em greve, em que funcionários e docentes afirmam defender a permanência, assim como os estudantes se colocaram contra o arrocho salarial. No entanto, essa unidade deve avançar, de modo a que as ações do movimento sejam feitas de modo conjunto. Os trancaços, piquetes e atos de ruas devem ser organizados conjuntamente.

Unidade real entre os três setores não pode se dar negociando pautas específicas antes das gerais

Não se pode permitir que se desenvolvam no seio do movimento tendências corporativas. Professores, funcionários e estudantes devem se manter até o final da greve juntos. Não se pode pretender negociar em separado com a reitoria pautas específicas antes de resolver as pautas gerais e, assim, se forem atendidas, abandonar os demais

setores em luta. Se a unidade é real, todos pressionaram a reitoria pelo cumprimento total das reivindicações conjuntas. A força obtida com a unidade geral permitirá avançar mais nas questões específicas a seguir. O contrário acontece quando se antecipa a negociação das pautas específicas e locais.

Reitoria avança na privatização da universidade

Saiu o relatório final da consultoria da Mckinsey, que custou a bagatela de R\$5 milhões ao caixa da universidade. Esse relatório indica que a reitoria deve focar em “unidades chaves”, ou seja cursos mais voltados ao mercado; expandir a oferta de cursos pagos e cobrar por dormitório a estudantes. Até mesmo cobrar por estacionamento.

Essa é a política privatista da reitoria. Enquanto ela existir, o caráter público da universidade estará cada vez mais sendo desfeito. É preciso destruí-la e em seu lugar erguer o Governo Tripartite, eleito por voto universal, com mandato revogável e subordinado à Assembleia Geral Universitária.

Unidade para vencer! Ir às ruas para ganhar apoio e força para derrotar a reitoria e o governo! Unir os estudantes ao redor das necessidades concretas!

Manter a greve!

SUPERAR O CORPORATIVISMO! Sair da greve com negociação de pautas específicas por unidade/curso divide e enfraquece o movimento. ROMPER O ISOLAMENTO GANHANDO AS RUAS! Transformar o apoio passivo dos estudantes em ação ativa - nos atos de rua, na Avenida Paulista - e buscar o apoio da população.

Boletim de 26 de junho

Não nos impressionemos pela imagem aparente da nossa greve. A universidade parece vazia, mas esse esvaziamento não é sinônimo do esgotamento do movimento. Se assim fosse, há muito nos defrontaríamos com conflitos

diretos com os estudantes, cobrando a liberação do prédio e a volta das aulas. No entanto, não é o que se vê.

A causa do esvaziamento da nossa greve não está na disposição de luta dos estudantes, mas na inação das direções. DIREÇÃO DO DCE, CONVOQUE MASSIVAMENTE UM ATO DE RUA, NA AVENIDA PAULISTA, E VERÁ CLARAMENTE ESSA DISPOSIÇÃO DE LUTA!

Encerrar a greve agora é aceitar a chacota da reitoria que não nos oferece nada. E voltar à sala de aula e encarar os demais com as mãos vazias, e ter de dizer a eles que assim estamos sem que tivéssemos tentado tudo o que podíamos.

A greve é necessária e ainda podemos reverter o quadro de isolamento e aparente esvaziamento. O caminho é ganhar as ruas!

A greve na USP, parte da greve das estaduais paulistas, acontece numa situação política marcada por uma tendência nacional de luta das massas. Essa tendência geral, no entanto, não encontrou nas direções sindicais e estudantis um meio de unificação e generalização. Ao contrário, as direções travaram essa tendência, por meio de políticas corporativistas, que colocaram interesses particulares acima dos gerais e dividiram as greves, facilitando aos governos e aos capitalistas os enfraquecerem pelo isolamento.

Na USP, os professores saíram da greve com míseros 1,5% de reajuste (professores da Unicamp continuam em greve). Os funcionários e estudantes aceitaram a imposição dos reitores (Cruesp) de negociar as demais reivindicações de forma particular em cada universidade e cada setor. O Sintusp saiu da greve com R\$ 140,00 no vale refeição e os dias parados a serem compensados. O DCE canta vitória com um acordo proposto pela reitoria que não tem nada de concreto.

Principalmente, o corporativismo bloqueou a possibilidade de levar a greve às ruas. Desde a primeira assembleia, nós defendemos a ida à Av. Paulista, mas a direção do DCE a engavetou ou se opôs nas votações. Sem o apoio da população assalariada, nossa greve se ensimesmou e perdeu força.

Primeiro, foi golpeada pela saída particular dos professores. Depois, os funcionários negociaram migalhas e também saíram da greve. Isso enquanto mais unidades aderiam à luta grevista.

Os estudantes ainda não tivemos nada atendido. Devemos expor que há reivindicações nossas que, para serem atendidas, dependem apenas de atos administrativos da reitoria – **devolução dos blocos K e L; aplicação dos R\$ 48 milhões ao HU**, de forma a ter atendimento a estudantes e comunidade vizinha; e **funcionamento da creche** Oeste (já determinado judicialmente) – e há outras reivindicações vitais para nossas vidas acadêmicas – **reajuste nas bolsas para o valor de, no mínimo, um salário mínimo; contratação dos 500 professores e 3.600 funcionários demitidos e efetivação sem concurso dos terceirizados**. Devemos dizer que essas reivindicações são condicionantes para que deixemos a greve.

E não devemos cair nas armadilhas da burocracia universitária das unidades, que pretendem negociações específicas para destruir o movimento pelas “beiradas”. A cada negociação específica antes da geral, se enfraquece a luta pela divisão. Devemos negociar os pontos específicos somente depois de negociada a pauta geral.

Nosso movimento deve se colocar pelo seu fortalecimento. Devemos projetar a greve para as férias, mas isso deve colocar a tarefa de ir às ruas. Somente assim será possível aumentar sua força, e construir a greve nas demais unidades após as férias.

A greve continua! Às ruas! Defendamos com mobilização nossas reivindicações mais sentidas!

É preciso continuar a luta pela permanência estudantil e em defesa da universidade pública e gratuita!

Boletim de 6 de agosto

As greves de professores, estudantes e funcionários tiveram desfechos diferentes. Os professores saíram da gre-

ve com o ínfimo reajuste de 1,5%, diante das perdas de 12,56% só de 2014 para cá. Os funcionários tiveram, além desse reajuste, um aumento de R\$ 140,00 no vale alimentação, obtido com negociação em separado com a reitoria. Para os estudantes, nada. Uma carta da reitoria, em 14/06, anunciou a extensão da demanda das bolsas para aqueles que têm renda familiar até 1,5 salário mínimo. Mais estudantes concorrerão, portanto, às mesmas bolsas de antes. Outras promessas foram requeitadas (porque já foram apresentadas antes à Amorcusp – Associação de Moradores do Crusp): reforma da parte elétrica dos prédios de moradia, instalação de internet com wifi, transparência dos dados sobre as verbas para permanência. Promessas sem prazo nem meios para efetivação.

Lembramos que a greve estudantil levantou reivindicações que dependiam apenas de decisões políticas da reitoria para efetivação:

- a devolução dos blocos K e L à moradia estudantil (prometidos há dez anos);
- o repasse de R\$ 48 milhões ao H.U., votados na assembleia legislativa como verba adicional;
- o funcionamento da Creche Oeste, decidido pela justiça há quase um ano, com multa diária (não paga pela reitoria);
- o cumprimento do acordo de fim da ocupação da Superintendência de Assistência Social (SAS) em 2016, que estabeleceu a constituição de uma comissão autônoma para apurar os casos de agressão à mulher no Crusp.

Além dessas, a reitoria se nega a reajustar as bolsas auxílio, que estão em R\$ 400,00 há muitos anos, contratar professores e funcionários em número suficiente para repor as saídas desde 2014 (500 professores, 3.600 funcionários), reconhecer a autonomia dos espaços estudantis, e por aí vai.

A intransigência da reitoria em questões que dependiam apenas de decisão política comprova que a negativa às reivindicações decorre da política privatista dominante, a qual julga que a universidade não deve dar condições de

permanência aos estudantes.

Nossa greve nasceu em meio a uma conjuntura de greves por todo o país. Essa tendência se manifestou entre os estudantes, que apoiaram as reivindicações. Mas a greve teve de se construir tendo uma direção política que agiu na contramão dessa tendência.

A direção do DCE (PT) vinha negociando com a reitoria às costas dos estudantes. As reuniões, que pretendiam obter migalhas por meio do “diálogo” (conciliação sem luta), resultaram em fracasso. Essa política colocou a direção do DCE e da maioria dos CAs numa posição contrária à greve desde seu início. As bases impuseram a greve à direção, que nunca a preparou, nem se moveu para construí-la depois de aprovada. Ao contrário, a direção procurou impedir a generalização da greve, sua ida às ruas e sua efetiva unificação com professores e funcionários. O corporativismo se impôs, como meio de apoio aos eleitorismo (obter migalhas sem luta e usá-las para ganhar apoio eleitoral). Tudo isso nos enfraqueceu e permitiu à reitoria manter sua intransigência.

A derrota da greve provou que não conseguiremos nada da reitoria por meio do “diálogo”. O conflito de interesses só pode ser resolvido pela mobilização, pela luta coletiva.

Quando os estudantes retomarem as grandes assembleias de base, vão impor a luta às direções conciliadoras e eleitoreiras. É nesse caminho que devemos apostar.

*Rechaçar o corte de verbas da CAPES!
Por um movimento nacional unitário para
por abaixo as reformas antinacionais e
antipopulares de Temer!*

O governo anunciou que pretende realizar um corte de R\$ 580 milhões nas verbas da CAPES. O que levaria a cortar cerca de 200 mil bolsas de pesquisa, destruindo a pós-graduação sustentada por bolsas públicas.

Diante disso, o Conselho Superior da CAPES solicitou ao Ministério da Educação a manutenção da verba atual, acrescida de correção da inflação, como estabelece a Lei do

Teto de Gastos (Lei do Fim do Mundo – congelamento das verbas por 20 anos).

O candidato à presidência pelo PSDB, Geraldo Alckmin, defendeu recentemente o fim de toda pós-graduação gratuita no país.

Configura-se um ataque sem precedentes à pesquisa universitária. É preciso rechaçar essa medida. Mas, não basta a formalidade do protesto. É preciso perceber que a luta contra esse ataque é parte da luta mais geral contra o conjunto de medidas de Temer/Meirelles para conseguir desviar os recursos da saúde, educação e demais serviços sociais públicos para os cofres dos parasitas da dívida pública, assim como a reforma trabalhista, que vai esmagar os assalariados para permitir manter os lucros patronais, mesmo em tempos de crise.

É preciso retomar o caminho da greve geral de 28 de abril, unindo todos os movimentos numa só força contra o governo e os capitalistas. A luta estudantil da USP deve ser parte desse movimento geral.



Escreva para Caixa Postal 630 - CEP 01059-970 - São Paulo
www.pormassas.org
